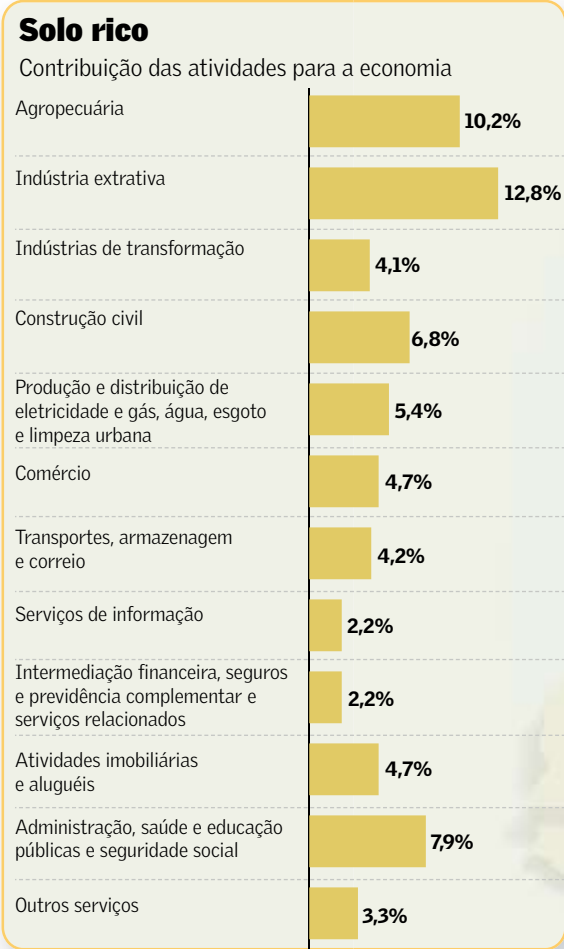
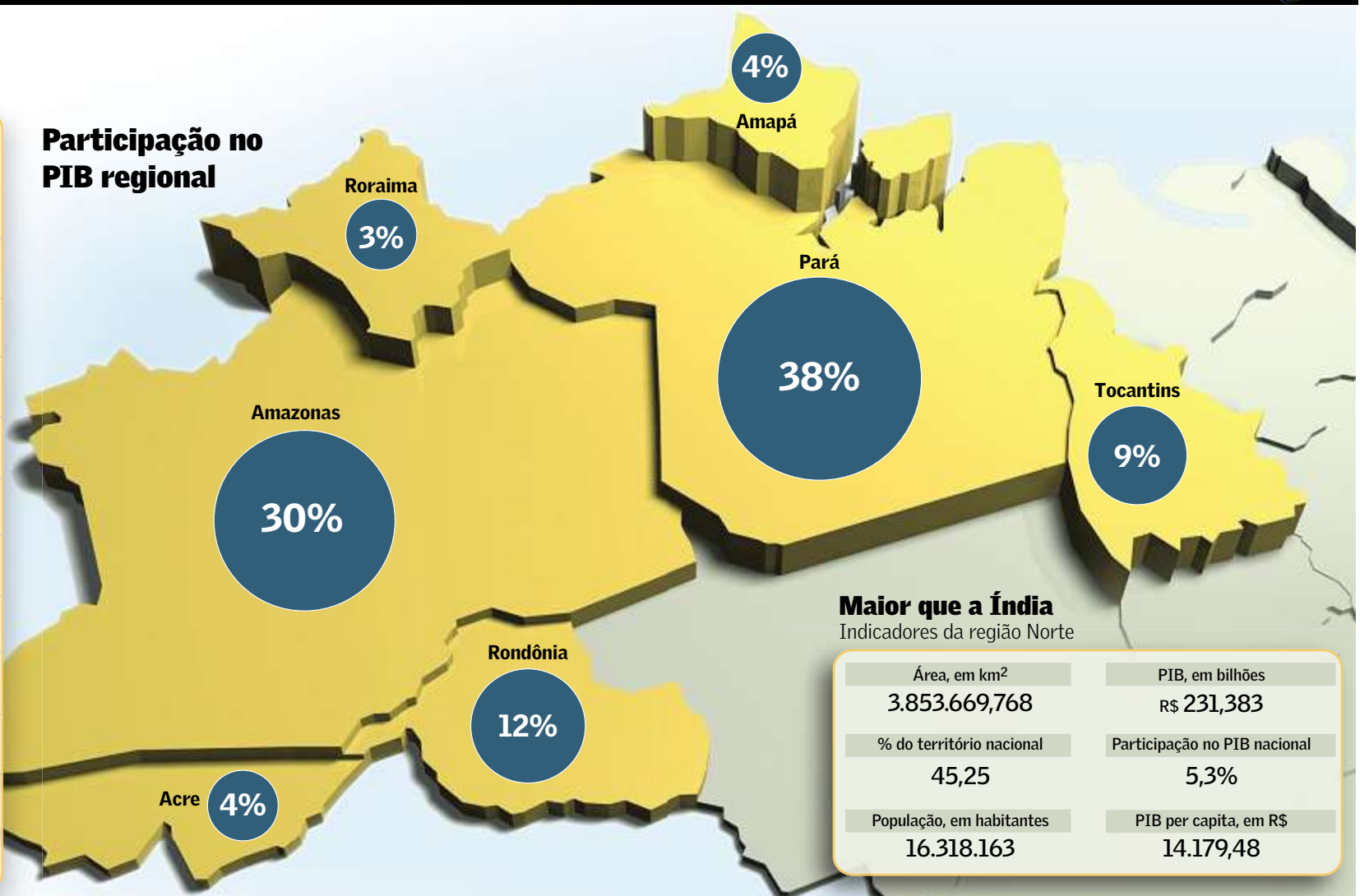


Especial Região Norte

Honda reforça consórcios para driblar retração, diz Paulo Takeushi **G4**



Participação no PIB regional



Maior que a Índia

Indicadores da região Norte

Área, em km²	PIB, em bilhões
3.853.669,768	R\$ 231,383
% do território nacional	Participação no PIB nacional
45,25	5,3%
População, em habitantes	PIB per capita, em R\$
16.318.163	14.179,48

Fontes: IBGE, Contas Regionais do Brasil, 2012; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas/DEPI/Itaú

Fator de expansão

Atrair capital para infraestrutura logística e diversificar as bases da economia dos Estados são os principais desafios regionais. Por **Gleise de Castro**, para o Valor, de Manaus

Com área equivalente a quase metade do território nacional, a região Norte acumula potenciais naturais ainda pouco explorados, como grandes reservas minerais e o imenso patrimônio da biodiversidade amazônica, além de muitos desafios. Entre eles, o de construir uma infraestrutura adequada às características locais, que combine o tradicional transporte fluvial com rotas terrestres, novos portos e aeroportos. Com participação de 5,3% no PIB nacional e PIB per capita de

R\$ 14.179, em 2012, ante a média nacional de R\$ 22.402, os seus sete Estados compartilham também a necessidade de expandir e diversificar a economia, com investimento em tecnologia e cadeias produtivas mais complexas. “Somos a última grande fronteira para o desenvolvimento do país, tanto primário como industrial”, diz Djalma Melo, titular da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Recriada em 2007 e vinculada ao Ministério da Integração Nacional, a Sudam promove o desenvolvimento regional e administra o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), que já aplicou R\$ 3,92 bilhões, com taxas subsidiadas, em projetos na região amazônica, que inclui também Maranhão e Mato Grosso. Outra fonte de recursos é o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), gerido pelo Banco da Amazônia e destinado, na maior parte, a micro e pequenos projetos. Entre 2011 e 2014, o valor contratado atingiu R\$ 5,366 bilhões. Para atrair investimentos, a Sudam oferece também incentivos fiscais, que incluem redução de 75% do Imposto de Renda. Na Zona Franca de Manaus, os benefícios são mais amplos, com vantagens oferecidas pelos governos

federal, estadual e municipal. Segundo a Sudam, entre 2007 e 2014, os incentivos na região somaram R\$ 16,5 bilhões. Os incentivos são vistos como compensação pelas dificuldades locais, especialmente logísticas. Movimentar mercadorias em área de 3,8 milhões de quilômetros quadrados é o principal desafio. Uma das situações mais complicadas é a de quem produz em Manaus. “Faltam portos, estradas, a comunicação é ruim, a banda larga é péssima”, cita Nelson Azevedo dos Santos, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). As opções de logística são transporte aéreo e rodo-fluvial, pelo qual as cargas chegam e saem via rio Amazonas. “As empresas só estão aqui por causa dos incentivos”, diz Marcus Evangelista, presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM). Para Cláudio Eduardo Eccel Lago, gerente industrial da Midea Carrier, fabricante de aparelhos de ar condicionado e fornos de micro-ondas em Manaus, os investimentos feitos em infraestrutura logística para atender às empresas da Zona Franca são pequenos ante o tamanho da operação do polo industrial. “A localização, sem acesso rodoviário, é um limitante”, afirma.

Foram os incentivos fiscais e as perspectivas do mercado brasileiro que motivaram a escolha de Manaus pela chinesa Midea, que formou, em 2011, uma joint-venture com a americana Carrier, já presente no polo desde 1974. Com investimento de R\$ 60 milhões, concluído em 2014, a empresa expandiu a área fabril e triplicou a capacidade de produção, para 3 milhões de unidades. A Honda, que produziu 1,172 milhão de motos em 2014, montou um complexo com cerca de 30 fornecedores. A estratégia, que segue a filosofia da matriz de adensamento da cadeia produtiva, também ajuda a evitar os custos altos da importação de componentes, derivados tanto da oscilação cambial quanto dos custos logísticos. As duas principais economias da região, Pará e Amazonas, responsáveis por 68% do PIB regional, têm atraído grandes empresas nos últimos anos. Enquanto no Amazonas as vantagens são os incentivos da Zona Franca, o principal ponto forte do Pará é a localização, entre o rio Amazonas e o Oceano Atlântico, com portos mais próximos da Europa, Ásia e costa leste dos EUA, o que ajudou na criação de uma economia forte, baseada na mineração, e geograficamente mais expandida. O Pará também tem a seu favor

um conjunto de grandes obras de infraestrutura, especialmente nas áreas de logística e energia, como a hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo concluída no Norte do Estado. Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), serão R\$ 172,4 bilhões em investimentos até 2020, dos quais 35% em infraestrutura. São previstas três ferrovias, entre elas a Ferrovia Paraense (Fepasa), projeto estadual, para transportar a produção mineral e do agronegócio, além de um conjunto de obras rodoviárias. “Toda a região amazônica será beneficiada pelas obras de logística do Pará, que vão facilitar o transporte de grãos do Mato Grosso, beneficiando vários Estados”, diz o presidente da Fiepa, José Conrado Santos. Para Geovana Raiol Pires, diretora de estudos e pesquisas socioeconômicas e análise conjuntural da Fapespa, se os preços do minério de ferro, principal produto da pauta de exportação do Pará, continuarem caindo, os investimentos em logística podem segurar a economia paraense pelos próximos três anos. Para compensar a queda nos preços internacionais do minério, as mineradoras que atuam no Estado, como Vale, Alcoa e MRN, aumentaram o volume produzindo, o que se tornou possível devi-

do ao baixo custo de produção e transporte no Pará. Mas a dependência da mineração é um desafio para a economia paraense. “Para o Estado avançar, é necessário verticalizar a produção de minério”, diz Geovana. No Amazonas, o que se discute é a dependência da Zona Franca de Manaus. Com a economia centrada na produção de bens de consumo para o mercado nacional, o Amazonas se ressentiu da queda acentuada das vendas, que derrubou o faturamento do polo e a receita tributária do Estado. Para esse desafio, a solução apontada é diversificar as bases da economia dos dois Estados. “Precisamos ir além da manufatura”, diz o secretário de Fazenda do Amazonas, Thomaz Nogueira. “Se já temos 100% da fabricação de motos em Manaus, é justo que o desenvolvimento de produtos também seja feito aqui.” O Estado também discute a introdução de novas matrizes econômicas, com a criação de polos, como o naval, mineral, biotecnológico e turístico. No Pará, foram elencadas dez cadeias prioritárias como alternativas para a dependência mineral.

Novos investimentos na Zona Franca somam US\$ 1,6 bi

De Manaus

Apesar da instabilidade econômica, as empresas do Polo Industrial de Manaus pretendem manter o ritmo de investimentos. No final de abril, foram aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) US\$ 1,6 bilhão em novos investimentos, dos quais US\$ 622,7 milhões em investimentos fixos, totalizando 108 projetos de implantação, ampliação, atualização e diversificação da produção, com prazo de instalação de até três anos e previsão de contratação de 2.438 trabalhadores. Do total de projetos, 31 foram apresentados por novas empresas, que planejam se instalar no polo. Entre os projetos de implanta-

ção está TCT Mobile, que prevê aplicar US\$ 405 milhões em uma unidade de celulares digitais, com contratação prevista de 334 trabalhadores. Na área eletroeletrônica, a Advanced Optronic Devices pretende destinar US\$ 26 milhões a uma fábrica de lâmpadas LED para iluminação ambiente, com técnica digital e geração de 84 empregos. Entre os projetos de ampliação, estão os da Semp Toshiba, de US\$ 50 milhões, com geração de 214 empregos, para fabricação de tablets, e da Positivo Informática, de US\$ 61 milhões, para a produção de notebooks, com a contratação de 246 trabalhadores. Em agosto do ano passado, logo após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que

prorrogou os incentivos, a Suframa aprovou outros 36 projetos, incluindo implantação, ampliação e diversificação, no total de US\$ 402 milhões, dos quais US\$ 171 milhões em investimentos fixos, com previsão de geração de 1.727 empregos. Os projetos de implantação aprovados em 2014 incluem o da Medag, do grupo Basf, que deve investir US\$ 64,8 milhões em uma fábrica de produtos químicos para galvanoplastia e tratamentos superficiais, destinados a catalisadores automotivos. Outro é o da Cometais, que prevê investir US\$ 12,6 milhões na fabricação de ligas de alumínio para a indústria metalúrgica, com a reciclagem de sucatas. Entre as que começaram a operar no ano passado, estão duas

novas fábricas de bicicletas, da mineira Sense Bike e da piauiense Houston Bike. Ambas são destinadas à produção de modelos premium, nicho em crescimento, estimado em 10% a 20% por ano, dentro um mercado que acumula queda de vendas. Com capacidade de 300 mil bicicletas/ano, a Bike Norte, da Houston, destina-se à produção da marca Audax. Na contramão da retração econômica, a Sense Bike está contratando novos funcionários. “Tenho três entrevistas à tarde e outras pessoas fazendo exame admissional. Vamos contratar mais cinco funcionários e nossa expectativa é de outra leva de contratações em agosto”, diz com entusiasmo Joel Silva, gerente da unidade da Sense

Bike em Manaus, enquanto caminha pela fábrica e explica como funciona a linha de produção. A unidade, que começou a operar em junho de 2014, com investimentos em torno de R\$ 40 milhões, é a primeira do grupo Lagoa, de Lagoa da Prata (MG), que atua no mercado de distribuição de peças para bicicletas. Começou fabricando bicicletas elétricas e, neste ano, ingressou no segmento mountain bike. Em 2015, a produção deve atingir 45 mil bicicletas. “Manaus é o único local no Brasil em que temos condições de brigar com fabricantes internacionais. Aqui você consegue reduzir drasticamente sua carga tributária”, explica Silva. Outra vantagem é a existência do polo de

duas rodas no PIM, que reúne fabricantes e fornecedores de peças de motocicletas e bicicletas. Outra recém-chegada ao PIM é a Novamed, do Grupo NC, a primeira fábrica de medicamentos da Zona Franca de Manaus. Inaugurada em agosto de 2014, com investimento de R\$ 385 milhões, a unidade tem capacidade para produzir 1,5 milhão/mês de medicamentos sólidos nos segmentos de genéricos, similares e de referência. O Pará também atrai novas empresas, como a Correias Mercúrio, fabricante de correias transportadoras de Jundiá (SP), que está construindo uma fábrica em Marabá, a primeira do segmento na região Norte. A unidade deve começar a operar em 2016. (GC)

Hidrelétricas Projeto de São Luiz dos Tapajós tem previsão de investimentos acima de R\$ 39 bilhões

Questão ambiental e indígena requer solução consensual

Roberto Rockmann

Para o Valor, de São Paulo

Desde 2007, construtoras e fabricantes de bens de capital sob encomenda trabalham a plena carga atendendo os pedidos das três grandes hidrelétricas em construção na região Norte e que marcam a retomada desses projetos depois da construção da usina de Tucuruí (PA), na década de 1970, e que passou por uma ampliação, iniciada no fim da década de 1990 e concluída em 2004. No segundo semestre, o ritmo deve cair com a entrada em operação da maioria das máquinas das hidrelétricas do rio Madeira e da reta final da construção de Belo Monte. Nesse contexto, ganha relevância a licitação do projeto de São Luiz dos Tapajós, com potência de cerca de oito mil MW e previsão de investimentos acima de R\$ 30 bilhões. Se a usina demorar muito a ser licitada, as fabricantes terão de lidar com a ociosidade de suas fábricas.

Não há data ainda definida para o certame de São Luiz dos Tapajós, o maior projeto hidrelétrico a ser erguido na região amazônica. A licitação chegou a ser anunciada no fim do ano passado, mas foi cancelada pelo governo federal porque o estudo ambiental concluído em setembro identificou 14 impactos negativos para povos indígenas, dos quais seis foram considerados irreversíveis.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) alega que o projeto da usina é inconstitucional, pois alagará terras indígenas, o que é vetado pelo artigo 231 da Constituição Federal. A conclusão sobre a viabilidade do empreendimento está nas mãos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O governo olha com atenção o empreendimento. “Estamos trabalhando para que ele possa ser licitado o quanto antes e trabalhando com a questão indígena, que está complicada”, diz o presidente da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), Maurício Tolmasquim. Construir hidrelétricas será uma tarefa mais árdua, já que 65% do potencial hidrelétrico está na região Norte. “A questão ambiental e indígena será bastante complicada e exigirá negociação complexa e soluções consensuais”, ressalta Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia (ABCE).

Há três anos, o presidente da EPE apresentou um projeto a vários ministérios sugerindo que os índios pudessem receber royalties de empreendimentos que os afetassem diretamente. Em vez de irem para o orçamento da Funai, os recursos seriam gerenciados por um comitê tripartite, formado por comunidade, investidores e Funai. Outra experiência é a do Canadá, em que algumas tribos passam a ter participação em usinas. “A participação é bem pequena, mas eles compartilham os resultados do empreendimento”, afirma Tolmasquim.

O presidente da Alstom Brasil, Marcos Costa, observa com atenção o empreendimento. “O projeto de São Luiz do Tapajós é fundamental para a indústria nacional e esperamos que venha a ser leiloado ainda este ano”, diz. Para ele, ao longo dos próximos anos, as fontes renováveis devem continuar apresentando a maior fatia da matriz com participações equilibradas entre a geração eólica e hidráulica, duas fontes com alto potencial a ser explorado e que contam com capacidade produtiva instalada no país para atender com excelência às demandas futuras.



Maurício Tolmasquim, da EPE: “Estamos trabalhando para que o projeto possa ser licitado o quanto antes”

“As usinas solares devem gradativamente ganhar espaço, com um percentual muito inferior às fontes hidráulica e eólica. As usinas térmicas também ganharão mais espaço, seja em geração a carvão, quanto a gás”, destaca. Mas a presença hídrica será diluída, o que levará a uma matriz com fontes intermitentes e um custo marginal mais elevado de expansão.

As três hidrelétricas construídas na região e as futuras devem contar com uma particularidade:

o conceito de fio d’água, ou seja, sem a construção de grandes reservatórios que armazenam água. “Levando em conta que os projetos futuros estão nas regiões Norte e Centro-Oeste, as bacias desta região têm um regime hidrológico que equilibra os períodos de cheia e de seca com as regiões Sul e Sudeste. O maior desafio dos novos projetos é lidar com essa realidade dos reservatórios. A construção de novas hidrelétricas sem grandes reservatórios gera uma necessidade de

crescimento da geração térmica”, observa Costa, da Alstom Brasil.

Sem grandes reservatórios para armazenar água das chuvas, o país será altamente dependente das chuvas. A capacidade de armazenamento das hidrelétricas caiu de 6,3 meses para 4,7 em dez anos. Entre 2013 e 2018, quando as usinas do rio Madeira e Belo Monte entram em operação, está prevista a entrada de 20 mil MW de capacidade hídrica no sistema, sendo que só 200 MW têm reservatórios.

Investimentos em logística são prioridade máxima

De São Paulo

Com cerca de 45% do território nacional, detentora de uma das mais ricas províncias minerais do mundo (Carajás, no Pará), e de portos próximos ao Canal do Panamá e da rota para a Ásia, a região Norte é a mais carente de infraestrutura, mas a que apresenta o maior potencial de investimentos ao longo dos próximos anos. Levantamento da consultoria Macrologística indica que, se nada for feito até 2020, o parque logístico amazônico terá atingido o limite de sua capacidade.

Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado em 2014, aponta que a região gasta, atualmente, R\$ 17 bilhões com transporte, incluindo custos com frete interno, pedágios, transbordo e de terminais, tarifas portuárias e frete marítimo.

Para ampliar a competitividade

regional, foram identificados 151 projetos estruturantes, dos quais 71 são considerados como prioritários para melhorar o escoamento da produção. Estima-se que esses projetos exijam investimentos de R\$ 15,2 bilhões para que sejam concluídos até 2020. Para eliminar os gargalos estruturais da região e garantir o escoamento da produção no futuro, a região Norte precisa de investimentos, sobretudo, em hidrovias. Esse modal representa 33% do valor das obras consideradas prioritárias pelo projeto da CNI.

Os investimentos em ferrovias concentram 30% do valor estimado, as rodovias, 19%, e o sistema portuário, 18%.

Região com maior potencial hidrelétrico do país, o Norte ainda não tem conseguido licitar os projetos de energia com eclusas, o que impede a navegabilidade em várias áreas em que já foram ergui-

das barragens. Além de ampliar o uso de hidrovias, será preciso atacar outro problema: a precariedade das rodovias da região. O acréscimo médio do custo operacional devido às más condições do pavimento é de 25% no Brasil.

As regiões Sul e Sudeste apresentam as melhores condições de asfalto, com custos operacionais de 19% e 21%, respectivamente. Já o Norte apresenta o pior: 39,5%. O número é resultado direto das condições das estradas: o Pará e o Acre lideram o ranking entre os Estados com as piores estradas do país. Ambos têm mais de 30% de rodovias com condições péssimas.

Apesar dos desafios, uma série de empresas tem investido para aumentar a capacidade de escoamento. Hoje, mais de 40 milhões de toneladas de soja do Centro-Oeste são transportadas, anualmente, aos portos de Santos e Paranaguá, por falta de opções.

No ano passado, a Bunge inaugurou uma rota de exportação, com a abertura de terminais portuários nas cidades paraenses de Itaituba e Barcarena, o que possibilita o uso do Porto de Mirirituba e da Hidrovia Tapajós-Amazonas. A navegação fluvial eliminará mais de 3 mil viagens de caminhão por mês entre Mato Grosso e os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

A empresa se animou a tocar o projeto depois que o governo anunciou a pavimentação da BR-163, cujo trecho principal liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). No primeiro ano de operação, o complexo terá capacidade para escoar até 2,5 milhões de toneladas.

“Há sete terminais sendo erguidos em Mirirituba e sete em Vila do Conde, ambos no Pará, com as empresas do agronegócio e de hidrovias trabalhando na integração de modais e de olho na conclusão da pavimentação da

BR 163”, afirma Renato Pavan, sócio da Macrologística.

O governo conseguiu aprovar, recentemente, no Tribunal de Contas da União (TCU) parecer sobre a licitação de blocos portuários no Pará e em Santos. A expectativa é de que as primeiras licitações possam ser realizadas nos próximos meses. “Isso poderá trazer novos investimentos, há um interesse em aumentar a capacidade de exportação dos portos do Arco Norte.”

Alternativas estão sendo estudadas também pelos governos locais. O governo do Pará trabalha para licitar no próximo ano uma ferrovia estadual de 1,5 mil quilômetros interligando Santana do Araguaia, cidade próxima à fronteira produtora de soja do Pará e Mato Grosso, ao porto de Vila do Conde e do futuro terminal de Colares, ambos portos com 20 metros de calado. A ferrovia estadual será uma concessão à iniciativa priva-

da, responsável por todos os investimentos na implantação e operação da ferrovia.

Caberá ao governo estadual a fiscalização e regulação da atividade ferroviária. Além de baixar o custo do frete, o que interessa aos produtores, o novo modal de transporte também diminui o tráfego nas estradas, aumentando a segurança para o usuário comum, e tira das rodovias as carretas cada vez mais pesadas e compridas, que exigem reparos constantes.

Além da soja, a ferrovia está sendo concebida para escoar a produção mineral da região de Paragominas. “A ferrovia viabilizaria a exploração de minas de ferro, níquel e cobre no Sul do Pará, que hoje não estão sendo exploradas por falta de logística, como também viabilizaria, por meio de ramais, operações de outros empreendimentos desenhados para a região”, afirma Pavan. **(RR)**

Região de Mirirituba vai ganhar 26 estações de transbordo de carga

Gleise de Castro

Para o Valor, de Manaus

Grandes tradings e operadoras logísticas estão se instalando em Mirirituba, distrito de Itaituba, e cidades vizinhas, no sudoeste do Pará, para aproveitar a nova rota que se abre para o transporte da soja do Mato Grosso pelos portos do norte do país. A pequena vila fica às margens do rio Tapajós e ao lado da rodovia BR-163, a Cuiabá-Santarém, que formarão o novo trajeto da safra do Mato Grosso, quando o asfaltamento da rodovia estiver concluído.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte. (Dnit) informa que vários trechos já foram concluídos, intercalados por outros ainda sem asfalto, com previsão de conclusão entre 2015 e 2017. Segundo Olivier Girard, da Macrologística, faltam ser pavimentados cerca de 126 quilômetros intercalados, no trajeto de cerca de 700 quilômetros entre a divi-

sa do Mato Grosso e Mirirituba. Até Santarém faltam mais 121 quilômetros, de um total de 335 quilômetros. Falta também construir diversas pontes da rodovia. Várias delas tiveram de ser licitadas novamente. Para o especialista, é provável que até o segundo semestre de 2016, ou começo de 2017, a BR-163 esteja 100% operacional.

Na região de Mirirituba, estão previstas 26 estações de transbordo de carga (ETCs), que formarão um complexo, englobando Itaituba e Rurópolis, segundo a Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa). Estão previstos também cinco pátios de transportadoras em Novo Progresso.

O primeiro terminal de transbordo em operação em Mirirituba é o da Bunge, que formou uma joint-venture com a Amaggi no ano passado, a Navegações Unidas Tapajós (Unitapajós), para atuar na nova rota do rio Tapajós, entre Mirirituba e Barcarena (PA). Outro

projeto é o da Cargill, que já está em construção. Hidrovias do Brasil e Cianport também estão construindo ETCs. Já os projetos da Unirios e da Chibatão Navegações, grupos regionais, aguardam licença ambiental. Há também projetos da Reicon e Brick Logística.

A previsão, segundo a Fapespa, é de que essas oito ETCs gerem um fluxo de 100 mil carretas por mês na época de pico da safra do Mato Grosso, entre fevereiro e abril. No trajeto de volta, elas deverão transportar insumos agrícolas e produtos eletrônicos.

A Bunge investiu também na construção de um terminal em Barcarena para exportação de grãos. A Unitapajós leva os produtos das fazendas e armazéns da região médio-norte do Mato Grosso, pela BR-163 até o terminal de transbordo de Mirirituba. De lá, as embarcações vão até Barcarena, onde a carga é transferida para navios e embarcados para Europa e Ásia.

Segundo a Amaggi, o trans-

porte está sendo feito inicialmente com uma frota de 50 barcas e dois empurradores de 6 mil HP. Neste ano haverá a incorporação de mais 40 barcas e outro empurrador de igual potência. Em 2014, a Unitapajós transportou 836 mil toneladas de grãos. Com as novas barcas e empurrador, a previsão é atingir 2 milhões de toneladas neste ano e 3,5 milhões, em 2016.

A Cargill, que tem terminal graneleiro em Santarém, investe na nova rota do Tapajós. A estação de transbordo que está construindo em Mirirituba, com investimento de R\$ 161 milhões, deve ser concluída em julho de 2016, segundo o diretor de portos da empresa, Clythio Buggenhout. A nova rota, diz o executivo, aumentará o transporte de grãos para Santarém por hidrovia. Os produtos chegarão à estação da Cargill em Mirirituba pela BR-163 de onde prosseguirão em comboios de barcas até o terminal de Santarém.



Clythio Buggenhout: nova rota aumentará transporte de grãos por hidrovia

A empresa também está investindo na ampliação desse terminal. Com as obras, que começaram em maio de 2014, a capacidade vai passar de 2 milhões de toneladas para 5 milhões de toneladas anuais. A Cargill já utilizava o terminal de Santarém para o transbordo de barcas e caminhões, armazenamento e exportação de

soja e milho de outra rota, a do rio Madeira. Por essa hidrovia, a empresa leva a produção de Rondônia e do oeste do MT, que chega a 2 milhões de toneladas por ano. A safra segue de caminhão até Porto Velho, onde é transferida para barcas e transportada até Santarém, de onde segue para exportação, por navios de longo curso.

Mineração Levantamento aerogeofísico mapeia só 30% da Amazônia

País desconhece potencial do subsolo amazônico

Domingos Zaporolli
Para o Valor, de São Paulo

O potencial mineral da região Norte é imenso, mas o Brasil desconhece o que há no subsolo da Amazônia Legal. A afirmação é de Marcelo Tunes, diretor de assuntos minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Segundo Tunes, apenas 30% da região já foi mapeada por meio de levantamentos aerogeofísicos, que geram informações em escalas adequadas para a pesquisa mineral. “Na região amazônica, a pesquisa em solo é muito cara, devido ao difícil acesso as potenciais províncias minerais. Poucos se arriscam sem informações prévias adequadas que minimizam os riscos”, diz. Apesar de conquistadores espanhóis e portugueses terem percor-

rido ainda no século XVI o rio Amazonas em busca do Eldorado, a mítica cidade de ouro e pedras preciosas, foi apenas nos anos 1950 e 1960 que a produção mineral tornou-se significativa na região. Primeiro com a exploração de manganês, na Serra do Navio, no Amapá, a garimpagem de ouro em Tapajós, no Pará, e de cassiterita, em Rondônia. Nos anos 1970 tiveram início a exploração de bauxita, na região de Trombetas, no Pará, e de caulim no Amapá. Os anos 1980 foram marcados pela entrada em operação de Carajás e a garimpagem de ouro em Serra Pelada, províncias que despertaram atenção mundial para o Norte. As reservas minerais conhecidas da Amazônia Legal respondem por 87,4% do estanho brasileiro, 95,3% da gipsita, 80,8% da bauxita, 75% do cobre, 72,8% do caulim,

35,8% do manganês e 30,5% do ferro. Das 59 minas existentes na região, 28 estão no Pará, 13 no Tocantins, nove no Amazonas, sete em Rondônia e duas no Amapá. Em 2014, a região Norte foi responsável por 35%, ou seja US\$ 14 bilhões dos US\$ 40 bilhões de receita da produção mineral brasileira. Do total da região, US\$ 8,5 bilhões foram provenientes da exploração de minério de ferro do Pará e US\$ 5,5 bilhões dos demais projetos minerais. O Ibram projeta que a mineração terá investimentos de US\$ 53,6 bilhões entre 2014 e 2018, sendo que por volta de US\$ 14 bilhões serão destinados a região Norte. A produção de minério de ferro no Pará deve receber entre US\$ 9 e US\$ 10 bilhões em investimentos. Fora de Carajás, o principal projeto mineral previsto para os pró-

ximos anos no Norte é o da empresa de controle canadense Potássio do Brasil, que planeja investir por volta de US\$ 2 bilhões na exploração de potássio, insumo básico de fertilizantes, em jazidas no município de Autazes e na vila de Uricurituba, na bacia do rio Madeira, no Amazonas. As reservas já detectadas somam 600 milhões de toneladas de minério, que são suficientes para uma produção anual de 2,2 milhões de toneladas de cloreto de potássio durante 34 anos, volume que representa aproximadamente 25% da demanda anual brasileira. Helio Diniz, diretor operacional da companhia, diz que o projeto encontra-se em fase de análise de sua viabilidade técnica e financeira. Os estudos de impacto ambiental foram entregues em janeiro ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e a licença



prévia, que atesta a viabilidade do empreendimento, é aguardada para os próximos dois meses. “Os investimentos produtivos devem se iniciar a partir de 2017 e a mina deve começar a operar em 2019. Nosso objetivo é atender principalmente os mercados do Norte e do Centro-Oeste do país”, diz. Em 2014, a produção da Mineração Rio do Norte (MRN), a maior produtora nacional de bauxita, a matéria-prima do alumínio, somou 18 milhões de tonelada, utilizando a capacidade máxima da mina localizada no rio Trombetas, em Oriximiná (PA). Do total produzido, 54% foram destinados ao mercado interno e o restante exportado, sendo 19% para os Esta-

dos Unidos, 13% para o Canadá, 10% para a Europa, 3% para a China e 1% para a Índia. O impacto da redução de produção de alumínio no Brasil, com a interrupção de unidades produtivas, como a da Alcoa em São Luís do Maranhão, não deve afetar significativamente a produção mineral da MRN. José Luiz Martins, diretor de operações da mineradora, diz que a projeção para 2015 é de 17,6 milhões de toneladas, que serão destinadas completamente aos acionistas da companhia, que são a própria Alcoa, a Vale, CBA, Hydro, Rio Tinto Alcan e BHP Billiton. A mineradora não tem planos de ampliar sua capacidade no momento.

Vale mantém cronograma do Ferro Carajás S11D

Maria Alice Rosa
Para o Valor, de Belém

A desvalorização cambial e a queda nos preços do minério de ferro causaram prejuízo de R\$9,5 bilhões para a Vale no primeiro trimestre, mas este resultado não vai alterar os planos de investimento e o cronograma do mais ambicioso projeto no segmento de ferro em sua história, o Ferro Carajás S11D, no Pará, segundo a

companhia. O investimento total — que envolve minas, usinas e logística — está orçado entre US\$ 16 bilhões e US\$ 17 bilhões e a previsão é que, a partir do segundo semestre de 2016, a empresa inicie a produção anual de 90 milhões de toneladas de ferro em Canaã dos Carajás. “O projeto representa a continuidade do crescimento da Vale na mineração. Com elevado teor de ferro, baixa concentração de im-

purezas, o minério de S11D vai ajudar a reduzir os custos de produção da empresa. O S11D também é um marco na efetivação do desenvolvimento econômico do sudeste do Pará”, afirma o diretor de projetos de Ferrosos Norte, Jamil Sebe. A empresa vem anunciando redução de investimentos em várias frentes por conta da crise nos preços do minério e chegou a fazer uma revisão relacionada às obras do S11D — que, quando fo-

ram iniciadas, em 2013, estavam orçadas em US\$ 19,7 bilhões. Segundo a Vale, a redução ocorreu por causa da depreciação do real e de medidas voltadas para a otimização do projeto. No primeiro trimestre deste ano, a companhia registrou também a maior produção de minério de ferro de sua história para o período, de 74,5 milhões de toneladas, um aumento de 4,9% em relação ao mesmo período de 2014.

Neste desempenho, Carajás é um dos principais destaques, com volume de produção também recorde para o trimestre, de 27,5 milhões de toneladas. O Complexo Minerador de Carajás, em Parauapebas, onde operam hoje cinco minas, está completando 30 anos e é o maior produtor mundial de minério de ferro. Além do S11D, a Vale conta com a ampliação da cava N4WS, na Serra Norte de

Carajás, e a mina de Serra Leste, em Curionópolis, que entrou em fase de testes no ano passado, além do impacto dos investimentos em logística, para atingir a meta de produção global de 450 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. De acordo com esse planejamento, quando o S11D operar plenamente, a produção da Vale no Pará subirá para 230 milhões de toneladas anuais.

FNO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. O CRÉDITO PARA SUA EMPRESA FICAR CADA VEZ MAIS FORTE.

Na hora de impulsionar seus projetos, conte com uma ampla linha de crédito com até 100% de financiamento para implantar, ampliar, diversificar, modernizar e reformar seus empreendimentos. Com o FNO Amazônia Sustentável, você potencializa seu capital, fortalece seus negócios e ainda ajuda a desenvolver a nossa região.

Vá até uma de nossas agências ou acesse bancoamazonia.com.br.

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Conjuntura Queda nas vendas leva empresas a conceder férias coletivas para evitar demissões em Manaus

Polo industrial sente o baque da retração

Gleise de Castro
Para o Valor, de Manaus

Com o faturamento abalado pelo esfriamento das vendas de bens de consumo duráveis, as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) estão concedendo licença remunerada e férias a seus funcionários, para reduzir gastos com alimentação, transporte e energia, evitando recorrer a cortes. “As empresas investem muito em capacitação profissional. Por isso, em períodos de recessão, a última coisa que fazem é reduzir pessoal”, diz Nelson Azevedo dos Santos, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam).

Nos dois primeiros meses de 2015, o faturamento do polo atingiu R\$ 12,69 bilhões, 8,92% abaixo do obtido no primeiro bimestre de 2014. Em dólar, que acumulou valorização acima de 18% no período, o resultado chegou a US\$ 4,66 bilhões, com queda de 20,28% As

admissões no período somaram 8.496 e as demissões, 8.572, gerando um déficit de 76 vagas. Fevereiro encerrou com 115.311 trabalhadores empregados, entre efetivos, temporários e terceirizados, ante 126.595 vagas em fevereiro de 2014, segundo a Suframa.

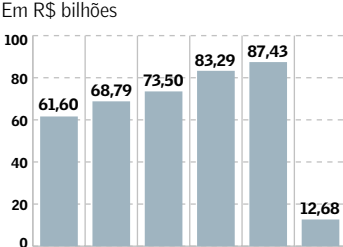
“A queda de faturamento não tem se refletido, na mesma proporção, no nível de emprego”, diz Gustavo Igrejas, superintendente em exercício da Suframa. “Desde o ano passado, a gente já sabia que 2015 seria difícil. Se conseguirmos empatar com 2014 será uma grande vitória.” Em 2014, as vendas do polo somaram R\$ 87,437 bilhões, 4,97% abaixo do obtido em 2013. As 485 empresas do polo de Manaus produzem principalmente eletroeletrônicos (30,86% do faturamento total), veículos de duas rodas (16,77%) e produtos de informática (16,38%). Cerca de 90% da produção destinam-se ao mercado interno.

As fabricantes de motocicletas

Negócios de peso

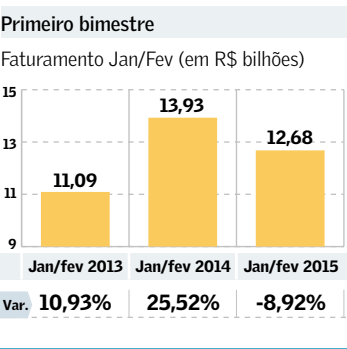
Polo Industrial de Manaus

Faturamento



Fonte: COISE/CGPRO/SAP /Suframa. *Até fevereiro

enfrentam retração nas vendas desde 2012. O problema não é falta de demanda, mas de crédito. “Em 2008, para cada dez solicitações de crédito, oito eram aprovadas. Em 2015, em 20 solicitações, só uma é aprovada”, diz Igrejas. A Honda, que detém 80% do mercado e chegou a produzir 8 mil motos por dia, em 2008, agora produz 5 mil. Em 2014, foram 1,172 mi-



lhão de motos. “Nunca mais atingimos o volume de 2008. Hoje, temos uma dificuldade adicional, a crise política e econômica”, diz Paulo Takeushi, diretor executivo de comunicação e relações institucionais da Honda South America.

A fábrica da Honda em Manaus é a maior da empresa no mundo, um complexo que produz 28 modelos de motos, de 100 a 1.000cc, e

também seus principais componentes, como chassis, rodas e escapamentos. Para contrabalançar a queda de vendas, a empresa reforçou o sistema de consórcio para os modelos utilitários, abaixo de 150 cilindradas, onde se concentra o maior volume de demanda, e aposta em dois nichos de mercado — as motos scooters, preferidas por quem prefere deixar o carro em casa e usar o veículo como opção no trânsito, e os modelos de alta cilindrada, produzidas em pequeno volume, para um público de renda mais alta.

O segmento de TVs também enfrenta queda de vendas. “Apesar da Copa, não houve o boom que se esperava em 2014. As empresas ficaram com grandes estoques”, diz Igrejas. Ainda assim, as fabricantes, que não revelam resultados e quantidades produzidas, esperam uma reação das encomendas do segundo semestre, para o Natal.

A Panasonic não mudou o plano de repetir neste ano o mesmo volu-

me de 2014, mas admite que talvez tenha de revê-lo mais para frente. “A situação é muito dinâmica, não sei como o mercado vai reagir”, diz Cesar Ueda, gerente administrativo da fábrica da Panasonic em Manaus, que também fabrica fornos micro-ondas, sistemas de áudio e telefones sem fio.

Já Samsung e LG, que fazem grandes investimentos em tecnologia e inovação, são as que mais crescem no polo. A Samsung, maior fabricante de eletrônicos do PIM, não acusou até agora recuo nas vendas, segundo Mario Laffitte, vice-presidente de assuntos corporativos e marketing. “O ano passado foi excepcional para a Samsung, 2015 é mais desafiador, mas tivemos ótimos resultados no primeiro trimestre e estamos bastante confiantes para o segundo semestre, que é normalmente mais forte para nosso setor”, diz. A empresa tem nove linhas no polo, de TVs a smartphones, notebooks e ar condicionado.

Agronegócio avança com maior produtividade da soja e milho

Lauro Veiga Filho
Para o Valor, de Goiânia

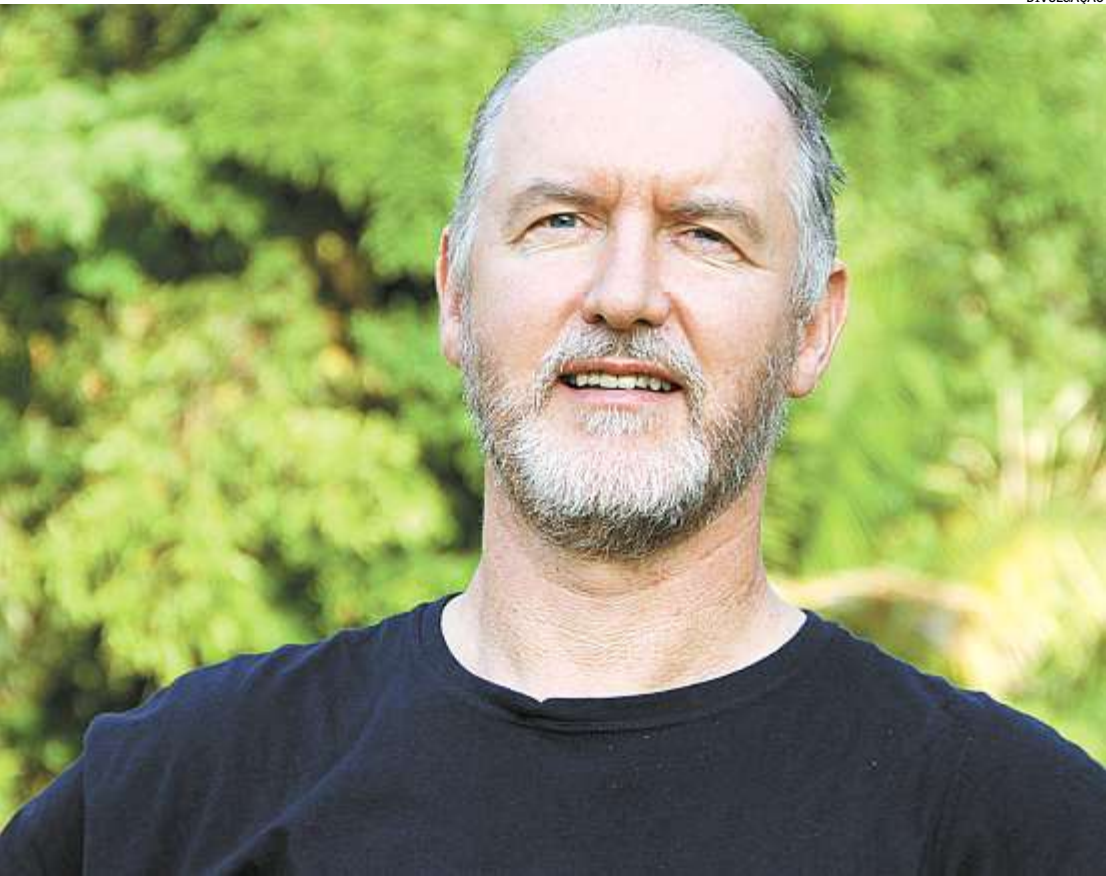
A área destinada à produção de grãos na região Norte avançou 55% desde o fim dos anos 1980, mas a produção se multiplicou por quatro no período, refletindo alta de 133% na produtividade das lavouras, com predominância para a soja e o milho. Entre as safras 1987/88 e 2014/15, segundo série histórica construída pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a área plantada saiu de 1,50 milhão de hectares, equivalente a 3,5% do espaço total dedicado aos grãos no país, para 2,32 milhões de hectares, passando a representar em torno de 4,1%.

Naquele mesmo período, a produção regional saltou de 1,98 milhão para 7,13 milhões de toneladas, correspondentes a 3,5% da produção brasileira.

A produção soja registrou expansão mais vigorosa, ao crescer de meros 54,7 mil para 3,98 milhões de toneladas, passando a ocupar uma fatia de 56% da produção da região ou algo como 4,2% de todo o volume do grão a ser colhido pelo país neste ano.

A colheita de milho estimada para a safra em curso no Norte deverá se aproximar de 1,97 milhão de toneladas, 3% da produção total, 185% maior que no ciclo 1987/88. Somados, soja e milho assumirão uma fatia de 83,5% da colheita prevista para 2015 na região, diante de uma participação próxima a 60% na safra 2004/05.

Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o crescimento da área plantada ocorreu de forma mais intensa no leste do Pará, em Rondônia e principalmente em Tocantins, Estado de onde sairão, neste ano, perto de 54% de toda a safra da região e em torno de 60% da soja produzida no Norte. “O crescimento da agropecuária tem ocorrido tanto pelo ganho de produtividade — ou seja, maior produção



Ian Thompson: "Crescimento ocorre em áreas já desmatadas e por conta de desmatamento de novas áreas"

em áreas que já eram desmatadas — quanto pelo desmatamento de novas áreas”, observa o Imazon.

Para Ian Thompson, diretor de Conservação do Programa Brasil da The Nature Conservancy, os polos de expansão da soja na porção norte da região amazônica concentram-se principalmente na região de Santarém e ao longo do eixo da BR-163 no Pará; no nordeste daquele Estado, envolvendo Paragominas, Dom Eliseu, Rondon do Pará; e mais ao sul, entre Redenção e Santana do Araguaia.

Esse processo é observado ainda nos municípios de Vilhena, Machadinho do Oeste, Cerejeiras e no entorno da Hidrovia do Rio Madeira, em Rondônia, e ainda em Boa Vista, Bonfim, Alto Alegre e Cantá, em Roraima.

Segundo Thompson, de forma mais geral, a área ocupada pela so-

ja, assim como a produção, assume uma escala reduzida se comparada a outros grandes polos de produção do grão no país, “mas as taxas de crescimento tendem a ser elevadas”. Dados do projeto TerraClass, feito em conjunto pelo Inpe e pela Embrapa, mostram que “a área ocupada pela agricultura anual, entre 2008 e 2010, aumentou de 38% em Rondônia, 6% em Roraima, 58% no Pará”.

A edição de 2012 do projeto, aponta Francisco Oliveira, diretor do Departamento de Política para o Combate ao Desmatamento do Ministério de Meio Ambiente, mostra que a participação da agricultura de ciclo anual na área total desmatada na Amazônia Legal alcançou 5,64% diante de 5,39% em 2010.

No total, a agricultura passou a ocupar 42,346 mil km², num

avanço de 5,9% em relação a 2010, quando o TerraClass havia registrado 39,978 mil km². Entre 2008 e 2010, esse crescimento havia sido de 14,5%. Na média geral, a produtividade nas lavouras do Norte aumentou 133% entre 1987/88 e 2014/15, diante de uma variação de 128% no restante do país.

“Várias iniciativas já demonstraram que é possível reduzir e até zelar o desmatamento e, ao mesmo tempo, aumentar a produção agropecuária”, observa Thompson. Numa iniciativa conjunta da TNC e Cargill, além de centenas de produtores rurais do Pará e de Mato Grosso, em 2004 foi lançada a Soja Mais Sustentável. A parceria ajudou a reduzir as taxas de desmatamento, elevando o nível de exigência da cadeia produtiva em relação à conservação da floresta, indica Thompson.

Oferta de gás desperta interesse de investidor

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

A 13ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), prevista para 7 de outubro, vai incluir sete blocos em terra, com foco em gás natural, na Bacia do Amazonas. Eles fazem parte da lista geral que prevê oferta de 269 blocos, distribuídos por dez bacias sedimentares, também em dez Estados. Estas áreas do Norte do país devem despertar muito interesse dos investidores, avaliam os especialistas, apesar das dificuldades logísticas e de infraestrutura.

“Regiões mais afastadas dos mercados sempre representarão desafios maiores, mas também oportunidades para quem assumir os riscos”, observa o diretor comercial da Gas Energy, Ricardo Pinto. Embora o preço baixo do barril venha exigindo cautela das petroleiras, Pinto vê “excelente potencial” em bacias como a do Amazonas e do Solimões. “O maior desafio dessa região é a logística para monetização das reservas de gás.”

Atualmente, as principais empresas na região são a Petrobras, que já produz na província de Urucu há mais de duas décadas, e um consórcio da russa Rosneft com a PetroRio (ex-HRT), que detém 16 blocos onshore na Bacia do Solimões. A PetroRio, por questões estratégicas, pretende se desfazer destes ativos. A Petrobras comunicou em abril a descoberta de uma nova acumulação de óleo e gás no Bloco AM-T-84, na Bacia do Amazonas. De acordo com a estatal, os primeiros testes mostram a presença de óleo leve e de gás em reservatórios arenosos. Essa concessão é operada pela Petrobras, que possui 60%, e tem como parceira a Petrogal, com os outros 40%.

Se essa descoberta se traduzir, no futuro, em bons volumes de produção, ajudará a incrementar os números atuais da região. O boletim da ANP de março (divulgado em maio), mostra a retirada de 111,85 mil barris de óleo equiva-

lente (contado óleo e gás) por dia, oriundos da Bacia do Solimões, sendo a maior parte de gás natural, com 13,56 milhões de metros cúbicos diários, puxados por campos da província de Urucu. Isso faz do Amazonas o quarto Estado em produção de gás, respondendo por 14,2% do total nacional.

Em maio de 2013, na 11ª Rodada, a Bacia da Foz do Amazonas (no Amapá) teve 13 áreas das 96 oferecidas arrematadas, cujos valores de investimentos mínimos obrigatórios somam R\$ 1,624 bilhão. O destaque desta lista ficou por conta do consórcio formado pela francesa Total (operadora, com 40%), a Petrobras e a britânica BP (30% cada uma), que arrematou cinco áreas. Já 12ª Rodada, realizada em novembro de 2013, os blocos ofertados no Norte despertaram pouco interesse.

Para o analista de petróleo e gás da consultoria Tendências, Walter de Vito, as áreas da Bacia do Amazonas à venda no próximo leilão têm como vantagem a proximidade com Manaus, um centro de grande potencial consumidor, o que reduziria os custos de transporte. “Mas o fato de a Região Norte não ser interligada à malha de gasodutos Sul-Sudeste-Nordeste reduz as possibilidades de utilização e a atratividade das reservas”, ressalta o analista.

Vitto salienta outra dificuldade: a distância que separa as operações de exploração e produção dos principais prestadores de serviço e fornecedores. É uma observação compartilhada com o sócio da consultoria Bain & Company, José de Sá. Para ele, a região Norte ainda precisa de uma “massa crítica mais contundente” de descobertas que motive a atração de uma rede de apoio logístico e infraestrutura, não somente para a operação, mas de resposta a emergências.

Jean Paul Prates, da Expetro, lembra ainda que o licenciamento ambiental é um fator a ser levado em conta. “O Brasil ainda não sabe como utilizar de forma sustentável os recursos da Amazônia”, aponta.

Receita da pecuária deve aumentar 5,6% em 2015

De Goiânia

O rebanho bovino na região Norte chegou a experimentar um aumento ligeiramente superior a 72% na última década e meia, aproximando-se de 43,9 milhões de cabeças no ano passado, informa Alexandre Figliolini, diretor de agronegócio do Itaú BBA, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da consultoria Agroconsult. Desde 2000, o plantel de bovinos na região registrou um acréscimo de 18,4 milhões de ca-

beças, em grandes números, respondendo praticamente por todo o avanço acumulado pela pecuária no restante do país.

Apenas para comparação, o rebanho brasileiro aumentou menos de 10% entre 2000 e 2014, evoluindo de 189,9 milhões para 208,6 milhões de animais. “Apesar do avanço da soja no Norte, a pecuária de corte ainda é uma atividade econômica importante e, neste ano, deverá ser responsável por quase metade do valor bruto da produção agropecuária regional”, observa Figliolini.

A pecuária de corte deverá gerar uma receita bruta de R\$ 26,852 bilhões em 2015, de acordo com a Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), crescendo 5,6% na comparação com 2014, o que permitirá ao setor acumular um incremento real de 141,8% desde 2005, frente a uma variação de 76,9% observada no período para o valor bruto total da agropecuária na região. A participação do segmento de bovinos avançou de 34% para 47% no mesmo intervalo.

O tamanho do rebanho teve crescimento mais vigoroso, no entanto, ainda na primeira metade da década de 2000, com salto de 62,7%, de 25,5 milhões (14% do rebanho brasileiro) para 41,5 milhões de animais, passando a responder por um quinto do plantel nacional (ou 21%). Entre 2005 e o ano passado, o avanço ficou limitado a 5,8%, diante de virtual estagnação do rebanho brasileiro.

O forte incremento da pecuária no Norte, observa Gustavo Aguiar, zootecnista e consultor da Scot Consultoria, ocorreu nas

décadas de 1970 e 1980, com os programas do governo federal para expansão da fronteira agrícola e ocupação da Amazônia. Numa fase mais recente, a expansão foi motivada pelo preço baixo das terras.

“A expansão deu-se de forma horizontal na região Norte, com exploração extensiva da pecuária de corte e baixos índices de produtividade e eficiência”, analisa Aguiar.

Um levantamento mais recente do TerraClass, realizado em 2012 e divulgado no fim do ano

passado, mostra uma redução de 3,7% nas áreas desmatadas com a presença de pastagens na Amazônia Legal de 459,467 mil km², em 2010, para 442,403 mil km², o que significou 17,064 mil km² a menos, ou pouco mais de 1,7 milhão de hectares. A participação dos pastos na área total desmatada na região recuou ligeiramente de 62% para 58,9%, refletindo uma possível tendência de maior tecnificação da atividade, com intensificação da criação de bovinos, sugerem Aguiar e Figliolini.(LVF)

Florestas Brasil é segundo país que mais derruba árvores no mundo

Combate ao desmatamento precisa ser mais ambicioso

Sergio Adeodato

Para o Valor, de São Paulo

A queda do desmatamento da Amazônia na última década colocou o Brasil em situação razoavelmente confortável nas negociações internacionais sobre emissões de carbono.

Até 2014, o país cumpriu 76% da meta estabelecida pelo Plano Nacional sobre Mudança do Clima para a redução da derrubada de árvores, no horizonte de 2020. A contar pelos números do ano passado, falta ainda reduzir a área desmatada em mais 923 km² por ano.

Diante da curva descendente, apesar do repique de crescimento entre 2007 e 2008 e entre 2012 e

2013, o governo federal articula novos compromissos para o período pós-2020, a serem levados à conferência da ONU sobre clima em Paris, em dezembro. “O cenário indica que há espaço para metas mais ambiciosas”, admite Francisco Oliveira, diretor do departamento de políticas de desmatamento da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Uma possibilidade é o país retomar, na mesa de negociações, a antiga proposta de desmatamento líquido zero. Mas o êxito dependerá da revisão do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam), previsto para terminar no fim de 2015, com a adoção de novas estratégias

para os próximos anos. Atualmente, em sua terceira e última fase, as ações dão ênfase ao desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, para que a floresta seja mais valorizada em pé do que derrubada. As principais fontes de recursos são o Programa ABC, voltado à agricultura de baixo carbono (R\$ 2,1 bilhões nas três últimas safras da região), e o Fundo Amazônia (R\$ 300 milhões desembolsados até o momento).

Para ambientalistas, as iniciativas têm sido insuficientes. “Não podemos nos acomodar e manter o desmatamento da Amazônia na média anual de 5 mil km²”, ressalta Carlos Rittl, secretário executivo do Observatório do Clima, ao lem-

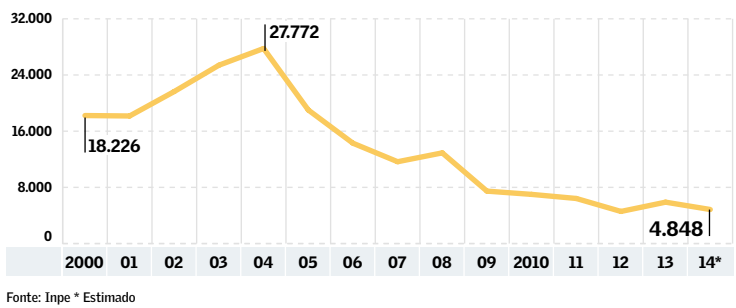
brar que o Brasil permanece como segundo país que mais derruba florestas no mundo, atrás da Rússia, segundo levantamento do World Resources Institute para 2000-2013. Para ele, “é urgente ver a floresta como ativo e não um obstáculo ao desenvolvimento”.

Dados preliminares oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam que o desmatamento caiu 18% no ano passado. Porém, em 2013, houve um aumento de 29% (5,8 mil km²), demonstrando que, apesar dos avanços do monitoramento por satélite e do aperto da fiscalização, a questão não está resolvida.

A expectativa de manter os números positivos está na implanta-

Perdas e ganhos

Taxa de desmatamento anual

■ Amazônia Legal - total em km²/ano

Fonte: Inpe * Estimado

ção do Cadastro Ambiental Rural, criado pela nova lei florestal. Os dados podem ajudar no comando-controle e na restauração da floresta em propriedades rurais para que se regularizem, tenham acesso a crédito agrícola e não sejam incluídas em listas de embargo.

No combate ao desmatamento, o governo considera que ações desencadeadas pelo setor privado e sociedade civil tenham continuidade e sejam ampliadas, como a moratória da soja, que restringiu a compra de grãos de propriedades desmatadas após

2008. A iniciativa, prevista para terminar em 2014, foi prorrogada para 2016. Medidas semelhantes se desenvolvem na pecuária, que hoje ocupa 60% da área devastada. Além disso, inovações tecnológicas podem melhorar a produtividade do gado por hectare — hoje três vezes menor em relação ao Centro-Sul do país, em média — e assim reduzir a necessidade de avanço sobre a floresta.

Quase um quarto de tudo que foi desmatado na Amazônia está se regenerando naturalmente, segundo estudo Terra Class, do Inpe.

Coalizão pretende defender a economia florestal

De São Paulo

A produção de madeira tropical, principal ativo florestal da Amazônia, caiu de 24,5 milhões para 14,2 milhões de metros cúbicos de toras, em dez anos, sendo mais da metade com origem ilegal, sem o adequado controle ambiental, segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Desde 2009, quando foram derrubadas 3,5 milhões de árvores nativas principalmente para a construção civil e a indústria de móveis,

não ocorreu um novo levantamento. Mas, frente o aperto da fiscalização e a falta de investimentos, estima-se que a exploração atual permaneça em queda. Diante do quadro, organizações empresariais e não governamentais juntaram forças e articularam uma coalizão inédita, prevista para ser lançada no fim deste mês, com o propósito de estabelecer uma governança para o setor, desenvolver a economia florestal e reverter a realidade já antiga de degradação.

“Está em jogo a imagem do país no mercado internacional”, afirma Roberto Waack, presidente da ma-

deira Amata, integrante do grupo. Após várias rodadas de negociação, a iniciativa divulgará um documento conjunto com propostas de médio e longo prazo para um plano de ocupação do território brasileiro, com ênfase na gestão florestal, no contexto das mudanças climáticas. Entidades como Instituto Ethos, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) e World Resources Institute (WRI) participam da coalizão ao lado da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), a associação que reúne as empresas florestais de diferentes

setores, além de ONGs ambientalistas e instituições de posição até então antagônica, como a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA).

“Entre os principais pontos de consenso, está a certeza de que não é mais possível conviver com a ilegalidade”, revela Waack. Para ele, “é inaceitável tamanha evasão fiscal em um mercado estimado em R\$ 5 bilhões ao ano, só em extração e processamento de madeira nativa amazônica”.

Além de incentivos a quem produz de maneira sustentável e hoje compete em desigualdade de custos com a produção ilegal,

a coalizão deverá propor a rastreabilidade total da madeira — ou seja, o controle mais eficiente e imune a fraudes, desde a origem até o consumo final. Na fase de transição, a ideia é adotar diferentes níveis de controle para a escolha do mercado. Hoje, só 2% da madeira tropical do país têm selo socioambiental.

“É urgente um choque de transparência que permita acesso a dados confiáveis”, diz Maurício Voivodic, secretário executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). “Não se sabe com seguran-

ça onde, como, o que e quanto está sendo produzido”, alerta.

“Há um ambiente de falsa legalidade, no qual a madeira extraída irregularmente de terras públicas e áreas indígenas, por exemplo, consegue documentação mediante fraudes e é escoada no mercado”, diz Marina Lacôrte, coordenadora da campanha da Amazônia do Greenpeace Brasil. A ONG, que ainda não se assumiu como participante da coalizão, embora tivesse participado dos debates, realizou operações em 2014 que rastrearam caminhões e flagraram as ações ilegais.

Gerar energia limpa e sustentável em harmonia com a natureza é um dos compromissos assumidos pela UHE Belo Monte, e que vem sendo cumprido através de 14 planos ambientais que minimizam os impactos com ações e projetos de monitoramento da qualidade da água, resgate da fauna e flora, pesquisa científica, reprodução em cativeiro, e tantos outros, com o objetivo de preservar o ecossistema.

Estados Diversificação é alternativa para desenvolver economia hoje baseada em subsídios

Amazonas debate saídas para depender menos da Zona Franca

Gleise de Castro
Para o Valor, de Manaus

Maior Estado do país, com 18,4% do território nacional, gerador de quase 30% do Produto Interno Bruto (PIB) da região Norte e com uma economia ancorada no desempenho das empresas da Zona Franca de Manaus, o Amazonas está sendo fortemente afetado pela queda do consumo de bens duráveis, especialmente eletroeletrônicos e motocicletas, carros-chefes do Polo Industrial de Manaus (PIM).

A queda brusca no faturamento do polo abalou a economia do Estado, derrubando as vendas do comércio, a atividade de serviços e puxando para baixo a receita tributária, que diminuiu 10,5% no primeiro trimestre, em relação a igual período de 2014, para R\$ 2,014 bilhões, segundo a Secretaria de Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM). Em janeiro, as

vendas do comércio caíram 4,6% e, em fevereiro, 2.017 pessoas ficaram sem emprego no mercado formal de trabalho.

O quadro adverso levou o governo amazonense a fazer um amplo corte de gastos, com a extinção e fusão de órgãos e eliminação de 700 cargos comissionados. O Estado também está renegociando contratos com fornecedores e discutindo com sindicatos de servidores a postergação da data-base de reajuste salarial, que vence neste mês, para o final do ano. “É quando imaginamos que a situação ficará mais clara”, diz o secretário de Fazenda, Afonso Lobo.

A economia prevista é de R\$ 900 milhões a R\$ 1 bilhão até o fim do ano, valor considerável ante uma receita corrente líquida de cerca de R\$ 10 bilhões anuais. “No primeiro quadrimestre, a perda de arrecadação foi de R\$ 237 milhões em relação ao mesmo período de 2014. No ano passado, nessa mesma

época, estávamos produzindo para atender à Copa do Mundo, especialmente TVs”, compara Lobo.

A expectativa é de que a situação do país comece a se normalizar a partir de setembro, se, depois de aprovado, o ajuste fiscal for bem administrado e der resultado. “No médio e longo prazo, o ajuste é positivo”, afirma.

Mais otimista, Thomaz Nogueira, secretário de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sepiancti), diz que as dificuldades são momentâneas. “É uma situação conjuntural. Vamos superar e temos condições de continuar crescendo a médio e longo prazo”, afirma. “Fomos atingidos porque nossos produtos são bens de consumo duráveis, não essenciais, para o mercado brasileiro e o consumidor puxa mais rápido o freio para esses produtos.” Segundo Nogueira, quando a economia brasileira vai bem, o Amazonas vai melhor ainda e quando a economia

vai mal, o estado fica pior. “Somos os primeiros na retomada.”

Um sinal de que a melhora da situação não está muito longe, observa Nogueira, é que só os investimentos públicos foram postergados, os privados não, como comprovam os aportes de US\$ 1,6 bilhão em projetos recém-aprovados pela Suframa, para serem efetivados até 2018.

Alguns investimentos públicos já estão comprometidos e devem continuar, mas, segundo o secretário, serão avaliados qualitativamente, para que sejam definidas prioridades. Entre eles, estão o Anel Viário Leste de Manaus, que liga o polo industrial ao aeroporto, e a conclusão da estrada estadual AM-070, entre Manaus e Manacapuru, a 70 km da capital, para facilitar o transporte da produção regional agrícola e de pescado da região do Alto Solimões até Manaus.

Com a crise, ganhou força a discussão sobre a dependência da

economia amazonense da Zona Franca de Manaus. A necessidade de diversificação voltou a ser apontada como melhor caminho para o desenvolvimento do Estado. “Essa economia baseada nos incentivos já está ficando obsoleta”, diz Alexandre Rivas, professor titular do Departamento de Economia e Análise da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). “O Estado do Amazonas precisa redesenhar o seu modelo, agir em outra direção, para diversificar e diminuir a dependência dos incentivos.” Para o secretário Thomaz Nogueira, por ser o motor da economia, o PIM deve ser fortalecido e expandido, mas chegou o momento de diversificar a matriz econômica do Estado.

São muitas as possibilidades, começando pelo turismo, especialmente o ecológico, e pela biotecnologia. Com 98% de sua cobertura de floresta amazônica preservada e imensa biodiversidade, es-

Principais indicadores

Amazonas em números



■ PIB em 2012
R\$ 64.120 milhões
■ PIB per capita em 2012
R\$ 17.855,78
■ População estimada em 2014
3.873.743 habitantes
■ Renda per capita*
739
■ IDHM em 2010
0,674
■ Número de municípios em 2014
62

Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data. *Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2014 (Reais)

sas atividades são apontadas como vocação natural do estado. Outra possibilidade é a exploração de suas grandes reservas minerais, como potássio, nióbio, caulim, cassiterita, bauxita, ferro, urânio e ouro. O Amazonas é também o segundo maior produtor de gás natural em terra no Brasil e há estudos sobre a criação de um complexo gasoquímico no estado, para produção de ureia, metanol e polietilenos.

Obras de infraestrutura contêm retração no Pará

Principais indicadores

Pará em números



■ PIB em 2012
R\$ 91.009 milhões
■ PIB per capita em 2012
R\$ 11.678,96
■ População estimada em 2014
8.073.924 habitantes
■ Renda per capita*
631
■ IDHM em 2010
0,646
■ Número de municípios em 2014
144

Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data. *Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2014 (Reais)

Maria Alice Rosa

Para o Valor, de Belém

A onda investimentos em infraestrutura nos últimos anos no Pará vem amortecendo parte dos efeitos da retração econômica nacional. No primeiro trimestre, em relação ao de 2014, enquanto a produção industrial caiu em 11 de 14 Estados pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Pará houve crescimento de 8,7%. De um ano para cá, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), o volume de investimentos de longo prazo previstos entre 2012 e 2020 aumentou 20%, atingindo R\$ 172,4 bilhões, com 90% em recursos da iniciativa privada e em áreas estratégicas para o desenvolvimento, como mineração, energia, agropecuária e logística.

“Nosso maior desafio será continuar crescendo, a despeito das adversidades nos cenários nacional e

internacional, calcando esforços em logística, na dinamização das potencialidades em mineração e na biodiversidade, buscando permanentemente a verticalização da nossa produção”, afirma o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), Adnan Demachki.

“A crise no país criou uma expectativa temerária no início deste ano, mas estamos otimistas, pois os investimentos já em curso e os que estão previstos vão beneficiar não somente o Pará, mas toda a economia da região Norte”, afirma José Conrado Santos, presidente da Fiepa. Várias estradas, portos, hidrovias e ferrovias estão sendo construídos em torno da criação do corredor que vai abrir uma via de escoamento da produção entre o Centro-Oeste e o Norte do país.

Obras como a conclusão da BR-163 e o complexo portuário Miritituba-Barcarena mobilizam muitas outras, mudando o perfil econô-

mico do Pará. Até 2020, a expectativa é de que os empreendimentos abram 200 mil novos empregos.

Dados do IBGE mostram, contudo, que o Pará fechou o primeiro trimestre com um índice de desemprego de 9,2%, superando a média nacional, de 7,9%. Uma das áreas atingidas é justamente a construção civil. Segundo o vice-presidente do sindicato do setor (Sinduscon-PA), Alex Carvalho, houve um saldo de cerca de 13 mil demissões no primeiro trimestre, provocado principalmente pelas medidas que afetam o programa Minha Casa Minha Vida, o aumento de juros no crédito imobiliário e a redução no ritmo de investimentos do setor privado.

A indústria da mineração também enfrenta dificuldades, por conta da baixa do minério de ferro no mercado internacional.

A questão do emprego após a conclusão de grandes obras, como

Belo Monte, preocupa a Fiepa. “Muitos trabalhadores mudaram para cá para atuar em projetos de longa duração. Se for interrompida a atração de investimentos e a criação empregos, para onde irá este pessoal?”, diz Conrado.

Somente na construção de Belo Monte, da Norte Energia, trabalhavam em abril 26.609 trabalhadores, com 77% das obras civis concluídas, segundo o presidente da companhia, Duílio Diniz de Figueiredo. Figueiredo afirma que a empresa desenvolve projetos de capacitação e um “programa de desmobilização de mão de obra, que faz monitoramento dos ex-trabalhadores das obras civis e de montagem por até seis meses após o desligamento”. Além disso, a usina tem impacto no emprego do Estado por meio da rede de fornecedores que movimenta. Entre 2012 e 2014, as aquisições de serviços e produtos de empresas paraenses por parte da Norte Energia soma-

ram R\$ 12 bilhões, afirma.

Entre os mais recentes investimentos atraídos pelo Pará está a Belém Bioenergia, criada pela parceria entre a Petrobras Combustível e a portuguesa Galp Energia. Foram constituídas duas subsidiárias, a Belém Portugal Bioenergia e Belém Brasil Bioenergia (BBB), instalada na capital paraense. O negócio envolve a produção de óleo de palma exclusivamente para a produção de green diesel da Galp, a ser vendido nos mercados de Portugal e Espanha. “Este é o objetivo inicial, mas pode ser revisto em função de oportunidades que possam oferecer melhores vantagens para o negócio”, afirma Danúbio Sousa, diretor-presidente da BBB. O projeto envolve investimentos de R\$ 560 milhões entre recursos próprios e incentivo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e a produção anual é estimada em 335 mil toneladas anuais de óleo de palma.

PPPs asseguram entrada de novos recursos para indústrias no Acre

Genilson Cezar

Para o Valor, de São Paulo

O Acre quer provar que é possível aumentar a riqueza, gerar emprego, distribuir e desconcentrar renda, reduzir a extrema pobreza e, ao mesmo tempo, conservar as suas áreas de floresta.

O melhor caminho para alcançar esse modelo de desenvolvimento sustentável é a diversificação das atividades econômicas, segundo Márcio Veríssimo, secretário estadual do Planejamento. “Os investimentos executados de 2011 a 2014, algo em torno de R\$ 6 bilhões, permitiram dinamizar as atividades econômicas nos polos de desenvolvimento que englobam 22 municípios do Estado.”

O polo do Alto Acre, por exemplo, localizado estrategicamente na fronteira do Peru com a Bolívia, possui hoje indústrias de suínos, frango, leite e ração, além de uma ampla área dedicada a atividades florestais e extrativistas, incentivadas pela implantação de fábricas de madeira manejada, castanha do Brasil e preservativos.

O polo do Baixo Acre configura-se na principal zona econômica do Estado, sendo responsável por 65,8% do PIB acreano. “É a porta de entrada e ligação com os Estados do Brasil e conecta todos os eixos de exportação através das rodovias BR-364 e BR-317.” Segundo o secretário, possui uma variedade de parques, distritos e polos industriais e logísticos, com destaque para a Zo-

Principais indicadores

Acre em números



■ PIB em 2012
R\$ 9.629 milhões
■ PIB per capita em 2012
R\$ 12.690,32
■ População estimada em 2014
790.101 habitantes
■ Renda per capita*
670
■ IDHM em 2010
0,663
■ Número de municípios em 2014
22

Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data. *Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2014 (Reais)

na de Processamento de Exportação (ZPE) e o Complexo de Piscicultura do Vale do Juruá.

Os números revelam o acerto dessa estratégia, de acordo com Veríssimo: 6,8% de crescimento médio do PIB entre 2010 e 2012, acima da média brasileira de 3,7%; forte avanço do emprego formal nos últimos 12 anos, que saiu de 64 mil postos de trabalho para 129 mil; 14,4% de redução da concentração de renda e 35% de queda da taxa de extrema pobreza entre 2009 e 2013.

Para o titular da pasta do Planejamento, investimentos previstos em R\$ 1,7 bilhão praticamente garantem a execução e a conclusão de novas ações estratégicas até 2018.

Os empresários locais, em sua maioria, têm aderido ao plano de investimento do Estado, avalia Veríssimo. “O exemplo mais recente foi a inauguração do primeiro Call Center da Amazônia, da Contax, que gera atualmente 2,5 mil postos de trabalho e tem expectativa de chegar a 5 mil empregos em quatro anos.” As Parcerias Público-Privadas, especialmente em empreendimentos industriais e agroflorestais, são fortes instrumentos de atração de investimentos para o Estado, e contam com um arcabouço legal estruturado para consolidar a política de incentivos do Acre, ressalta o secretário.

A criação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE), a instalação de parques industriais em todo o Estado e a construção de uma política de incentivos para atração de atividades industriais de maior porte são alguns exemplos das iniciativas encampadas pelo setor produtivo, informa José Luiz Assis Felício, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre (Fiac). “Mas as políticas, em âmbito federal, ainda são ineficientes para resolução dos principais gargalos do setor produtivo local”, afirma. “É importante que se realize investimentos no setor de transporte aéreo”, diz ele.

Amapá quer ter uma Zona Franca Verde para alavancar exportações

De São Paulo

Historicamente um Estado extrativista, mineral e vegetal, o Amapá se esforça para criar um ambiente favorável ao fortalecimento dos negócios, com adoção de programas de incentivo ao setor produtivo — industrial, comercial e agrícola. No início de maio, o governo estadual retomou junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) as discussões para regularização da Zona Franca Verde (ZFV) no Amapá, uma alternativa de geração de emprego e renda fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado. E intensificou o processo para a fundação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), corredor que concederá novos incentivos para empresas que exportarem a partir do Estado.

É um diferencial estratégico em relação aos governos anteriores, avalia Eliezir Viterbino da Silva, secretário da Indústria, Comércio e Mineração do Amapá. “Nesse novo ambiente, a iniciativa privada participa ativamente das decisões econômicas do governo”, diz Silva.

Segundo o secretário Vibertino da Silva, a instalação de sua Zona Franca Verde, criada através da Lei 11.898, de 2009, deverá responder pelo aumento da exportação de bens manufaturados a partir de produtos certificados da Amazônia, como alimentos, madeira e outros produtos florestais não madeireiros, minérios, pescado, açaí,

Principais indicadores

Amapá em números



■ PIB em 2012
R\$ 10.420 milhões
■ PIB per capita em 2012
R\$ 14.914,84
■ População estimada em 2014
750.912 habitantes
■ Renda per capita*
753
■ IDHM em 2010
0,708
■ Número de municípios em 2014
16

Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data. *Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2014 (Reais)

e a industrialização de outros insusmos potenciais da biodiversidade como cosméticos, fármacos etc.

Um dos fatores favoráveis à sua implantação é a localização estratégica e privilegiada do Amapá: posicionado no estuário do rio Amazonas, o Estado é o ponto do Brasil mais próximo dos Estados Unidos, do platô das Guianas, do Caribe e da Europa. “Temos uma ampla rede hidrográfica, que somada ao potencial portuário e à retomada do estreitamento das relações interfron-

teiras, faz do Amapá uma rota atrativa para exportações nacionais e internacionais”, diz.

A exploração de petróleo e gás na região denominada Bacia da Foz do Amazonas, localizada nas águas do Amapá, é outra possibilidade relevante de desenvolvimento da economia amapaense, de acordo com o titular da Seicom.

A área recebeu a maior oferta na história dos leilões da Agência Nacional de Petróleo, durante a 11ª rodada, com lance de R\$ 345,9 milhões, feita pelo consórcio formado pela francesa Total (40%), Petrobras (30%) e a britânica BP (30%). Os investimentos mínimos obrigatórios em pesquisas a ser realizados pelas empresas no Amapá serão de R\$ 1,6 bilhão.

O empresariado defende ações complementares para aproveitamento das vantagens comparativas do Estado. Entre elas, a retomada das atividades minerais, que sofreram um processo de desaceleração nos últimos quatro anos, e a regularização fundiária de terras pertencentes à União. “É necessário aprimorar o conhecimento sobre as potencialidades do Estado e trabalhar para transformá-las em riquezas que permitam o desenvolvimento do Amapá”, diz Nonato Altair Marques Pereira, presidente da Associação Comercial e Industrial do Amapá (Acia). Hoje, em termos de PIB, 45% do total estão ligados às atividades do serviço público, sendo que apenas no setor terciário, concentra-se 86%. (GC)

Especial | Região Norte

Estados Maioria das indústrias locais é de micro e pequeno portes

Comércio e serviços têm 57% do PIB de Tocantins

Rosângela Capozoli

Para o Valor, de São Paulo

Encravado no meio do Brasil, Tocantins destaca-se como novo celeiro do país. No ano passado, saltou do 18º para 17º lugar no ranking de comércio exterior entre as 27 unidades da federação. No primeiro quadrimestre, as vendas externas somaram US\$ 240,7 milhões, acréscimo de 40,23% em comparação ao mesmo intervalo do ano anterior. Na década entre 2003 e 2013, a economia do Estado cresceu 6% ao ano, em média.

Com logística privilegiada, Tocantins é um dos nove Estados que formam a Amazônia Legal. A Ferrovia Norte-Sul e o crescimento da produtividade foram fatores determinantes para Tocantins se sobressair economicamente. O Estado tem a soja como carro-chefe das exportações e seus principais mercados são a China, Espanha, Rússia e Irã que, juntos, respondem por 73% do valor de embarques.

Números da Secretaria de Planejamento de Tocantins detalham a expansão da economia. Nos últimos dez anos, a área plantada de grãos cresceu 180%, enquanto a produção subiu 240%. Com área de 27 milhões de hectares, o Estado tem ao redor de 3 milhões de hectares de

terras com potencial agrícola. “É o momento para Tocantins mostrar o outro lado da moeda. Nós iremos articular políticas para levar oportunidades aos mais de 100 mil produtores que serão atendidos no Estado”, garante Marcelo Miranda, governador de Tocantins (PMDB).

A criação de gado é um dos pilares da economia. O Estado tem cerca de 8 milhões de cabeças e ocupa 11º lugar no ranking nacional, com um rebanho total de 209 milhões de animais. A carne bovina representa 20% das exportações e em 2014 rendeu US\$ 215 milhões.

Ao lado do campo, a indústria também tem forte participação no Produto Interno Bruto (PIB), porém, são o comércio e os serviços que respondem pela maior parte. “Os setores de comércio e serviços constituem mais da metade do PIB, ou seja, 57%. Já a indústria representa 24% e a agropecuária os outros 19%”, informa Roberto Pires, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto).

Estudo feito pela federação mostra que 74,2% das empresas instaladas em Tocantins são micro, enquanto 21,3% têm o perfil de pequena. A média atinge 3,7% e apenas 0,8% são classificadas como companhias de grande porte. “A quase totalidade das

unidades industriais (95,5%) é de micro e pequenas empresas. Apenas 19 são de grande porte”, diz o presidente.

Ainda na esteira da indústria, o último levantamento da Fieto aponta que o crescimento da economia do Estado foi de 6% ao ano na década de 2003/13, um dos maiores do país. “O setor que mais cresceu foi a indústria ao atingir 8,4%, seguido do comércio de bens de serviço, com 7,7%, e agropecuária, com 1%”, afirma Pires.

Construção civil e produção de alimentos são dois setores que mais alavancam a economia. “Nosso parque industrial é formado por cerca de 3.850 unidades fabris com vocação para o agronegócio”, diz o presidente da Fieto. A produção de grãos, na safra 2014/2015, deverá ter um aumento de aproximadamente 315 mil toneladas, elevação de 9,4% sobre o volume registrado na safra 2013/2014, conforme estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O aumento na produção de soja, que passa dos 13%, representa o maior crescimento registrado em todo o país.

De acordo com o engenheiro agrônomo da Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagro), Genivaldo Queiroz, é a logística favorável que faz com que Tocantins se

Principais indicadores

Tocantins em números



■ PIB em 2012
R\$ 19.530 milhões

■ PIB per capita em 2012
R\$ 13.775,67

■ População estimada em 2014
1.496.880 habitantes

■ Renda per capita*
765

■ IDHM em 2010
0,699

■ Número de municípios em 2014
139

Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data. *Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2014 (Reais)

destaque em nível nacional. “O governo tem atuado na infraestrutura e logística para dar apoio na questão da armazenagem, que é deficiente em todo o Brasil.”

Entre as grandes companhias instaladas está a JBS, retomando suas operações em Araguaína e Iguatemi (MS). As duas unidades permitirão elevar o abate para 40 mil cabeças diariamente. E a



Marcelo Miranda: “É o momento para mostrar o outro lado da moeda”

previsão é que, juntas, as operações deverão gerar receita líquida de R\$ 1 bilhão por ano para a JBS Carnes, divisão de carne bovina no Brasil da JBS S.A.

De acordo com Renato Costa, presidente da JBS Carnes, as duas unidades estavam paralisadas há mais de quatro anos, por isso foram necessários investimentos para a adequação de maquinário

e compras de equipamentos novos. No caso de Iguatemi, foram desembolsados R\$ 30 milhões e de Araguaína, R\$ 25 milhões. O plano da companhia é atender o mercado doméstico e também exportar a partir das duas plantas. A empresa instalada no Mato Grosso tem capacidade de abate de 800 bovinos por dia e a de Tocantins, de 700 cabeças.

Rondônia cresce 7% ao ano desde 2010

Domingos Zaporolli

Para o Valor, de São Paulo

O Estado de Rondônia apresenta a terceira melhor performance do país no índice de Gini, que mede a desigualdade social, tem a maior renda per capita do Norte e Nordeste, a quarta melhor relação de número de habitantes e leitos hospitalares do país e o quinto menor déficit habitacional. Segundo o governo estadual, comandado por Confúcio Moura (PMDB), a economia cresce a um ritmo de 7% ao ano desde 2010.

A Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero) informa que a atividade industrial cresceu 9% na soma dos últimos dois anos, alcançando R\$ 5,9 bilhões em 2014, e estima um crescimento de 2% em 2015. As exportações totalizaram US\$ 1,08 bilhão no ano passado, após um crescimento de 4%, estabelecendo o Estado como o 15º maior exportador do país, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

Marcelo Thomé da Silva Almeida, presidente da Fiero, diz que a

expansão do agronegócio impulsiona a economia local e cria oportunidades para a indústria. Uma política do governo estadual de incentivo à correção do solo, por meio da implantação de seis usinas de calcário, informa Almeida, permitiu ao agronegócio ocupar terras de desmatamento antigo e que estavam abandonadas. “Ainda temos grande potencial de expansão sem derrubar matas”, diz

Em 2005 Rondônia cultivou 75 mil hectares de soja. Em 2014, já eram 191 mil hectares, 154% a mais, com uma produção de 613 mil toneladas. Para 2015, a estimativa é de um novo crescimento de 20%. O Estado é o quinto produtor nacional de café, tendo colhido 1.477,3 mil sacas em 2014, com alta de 9,18% em relação ao ano anterior. A produção de arroz e milho também está em expansão.

Em 2014 o rebanho bovino cresceu meio milhão de cabeças e chegou a 12,75 milhões. As exportações de carne geraram receitas de US\$ 600 milhões ao Estado.

Outra atividade importante é a mineração de cassiterita, que superou 10 mil toneladas em 2014, e

seu processamento para a produção de estanho. A mineração gerou R\$ 6,19 milhões em royalties ao Estado em 2014 e proporcionou uma receita com exportações de estanho de US\$ 21 milhões.

Almeida diz que a federação das indústrias e o governo estadual trabalham no desenvolvimento de arranjos produtivos para a industrialização da produção agropecuária. “Estamos identificando as melhores oportunidades, com o intuito de atrair investimentos em áreas que temos vocação como laticínios, beneficiamento de madeira, couro e soja”, diz.

George Braga, secretário de Planejamento e Gestão de Rondônia, diz que a meta é lançar em 2016 um polo industrial em um terreno de 200 hectares. “Temos tudo que um empresário necessita, terra, água, energia, acesso fácil a matéria-prima e incentivos fiscais”, diz.

Marcelo Almeida afirma, porém, que Rondônia precisa superar dois gargalos que limitam seu potencial econômico. Um deles é o custo da energia que, pelos cálculos da Fiero, é 6,9% acima da média



Marcelo Silva: “Temos grande potencial de expansão sem derrubar matas”

nacional. A expectativa do empresário é que a entrada em operação plena das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, proporcionem segurança energética e também redução de custos.

Outro problema é a logística precária. Entre as prioridades apontadas por Almeida está mo-

dernizar e ampliar o porto de Porto Velho, dotando-o de estrutura adequada para a movimentação de contêineres frigoríficos. “Hoje a exportação da carne se dá principalmente por Santos (SP), para onde é levada por carretas, devido à falta de estrutura portuária local”, diz. Outra priorida-

Principais indicadores

Rondônia em números



■ PIB em 2012
R\$ 29.362 milhões

■ PIB per capita em 2012
R\$ 18.466,50

■ População estimada em 2014
1.748.531 habitantes

■ Renda per capita*
762

■ IDHM em 2010
0,690

■ Número de municípios em 2014
52

Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data. *Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2014 (Reais)

de é realizar a dragagem e sinalização do rio Madeira, garantindo a navegabilidade o ano inteiro.

George Braga diz que a adequação da hidrovía de 1.060 km ligando Porto Velho a Itacoatiara, perto de Manaus, permitiria queda de 40% nos custos do transporte da produção agropecuária do Estado.

Roraima retoma plantio de arroz e expande a soja

Principais indicadores

Roraima em números



■ PIB em 2012
R\$ 7.314 milhões

■ PIB per capita em 2012
R\$ 15.577,13

■ População estimada em 2014
496.936 habitantes

■ Renda per capita*
871

■ IDHM em 2010
0,707

■ Número de municípios em 2014
15

Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data. *Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2014 (Reais)

De São Paulo

Roraima é o Estado brasileiro mais distante das regiões ricas do Sudeste e Sul. Fazer negócios com essas áreas significa ter de pagar o frete mais caro do país. A solução para escoar a produção foi aproveitar o corredor caribenho e valer-se das fronteiras por terra com os vizinhos Venezuela e Guiana. E também das saídas fluviais oferecidas pelos portos de Estados próximos, como Amazonas e Pará.

A vocação agropecuária vem sendo limitada pela pouca terra disponível: com 224.300 km² de área, Roraima tem apenas 20% de suas terras utilizáveis, por conta das muitas regiões indígenas demarcadas e áreas de proteção ambiental. O Estado padece com a dependência energética da Venezuela, mas comemora a ampliação do cultivo da soja.

Esses altos e baixos não impedem o Estado de crescer. “O setor

mais forte hoje é a construção civil, porém, a produção de grãos cresceu consideravelmente nos últimos anos, apesar das dificuldades enfrentadas após a demarcação das terras indígenas”, explica Karen Telles, coordenadora técnica da Federação da Indústria do Estado de Roraima (Fier). “Hoje, algo ao redor de 10% das terras são produtivas. É na agricultura que o governo do Estado tem investido”, diz.

Genor Faccio, presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, afirma que antes de 2009 a produção de arroz irrigado ultrapassava os 20 mil hectares no Estado. A partir da demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, foi registrada uma queda significativa. “Passamos a plantar 9 mil hectares de arroz irrigado, mas hoje já avançamos para 12 mil hectares. A atividade gera em torno de 600 empregos diretos na região”, informa.

De acordo com o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Hipérion Oliveira, o arroz é um dos produtos mais consumidos, não só no Estado, mas é o segundo do Amazonas e o segundo também na Venezuela. “Precisamos traçar uma política para fortalecer não só este, mas todos os setores”, enfatiza. Segundo Oliveira, há necessidade de melhorar as políticas fiscais para poder dar competitividade ao setor.

Para Sílvio Silvestre de Carvalho, presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima (Faerr), “após enfrentar barreiras como a necessidade de regularização fundiária e o alto risco de febre aftosa, o Estado chegou a seu melhor momento para retomada da produção de grãos e para o desenvolvimento da agropecuária em geral”. Segundo ele, “o próximo passo é deixar de depender de energia exclusivamente proveniente da Venezuela”.

Outra notícia animadora é a ampliação da cultura da soja. “Com 18 mil hectares cultivados, o Estado tem potencial para colher 50 mil toneladas de grão na safra atual, o que significará um crescimento de 100% sobre o exercício anterior”, diz Carvalho. “Com energia confiável, áreas regularizadas e risco agropecuário da febre aftosa rumando para o status ‘livre com vacinação’, a soja está chegando a Roraima no melhor momento. Há expectativa de crescimento muito acelerado e estamos muito otimistas”, ressalta.

Segundo o adjunto da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), João Paulo Menezes, hoje, o plantio de soja já chega a 19 mil hectares. A projeção é de expansão. “Então, acredito que em 2016 o número poderá chegar a 50 mil hectares”, projeta.

O Banco da Amazônia (Basa), um dos principais investidores

no desenvolvimento do Estado, disponibilizará, neste ano, R\$ 270 milhões por meio do Ministério da Integração para investimentos nos setores do agronegócio, micro, pequenas, médias e grandes empresas. Segundo o Banco Central, a participação do Basa no crédito de fomento em Roraima é de 22,4%.

“Em 2014, o Basa, dentre outros setores da economia, colaborou para o incremento dos arranjos produtivos de apicultura, madeiras e móveis, pesca, grãos, pecuária de corte”, diz Miguel Nuno, superintendente do banco. “Fortaleceu ainda mais a agropecuária do Estado, com a aplicação de R\$ 11,6 milhões somente em 2014, enquanto em 2013 foi de R\$ 5,3 milhões”, completa. O montante previsto para 2015, observa, ficará ligeiramente abaixo dos R\$ 278 milhões disponibilizados no ano passado. (RC)

Sustentabilidade Nova lei simplifica os procedimentos e altera as regras sobre royalties

Marco legal deve impulsionar pesquisas com biodiversidade

Andrea Vialli
Para o Valor, de São Paulo

Nativa da Amazônia, a árvore de pracaxi produz frutos em forma de vagens que abrigam sementes ricas em um óleo que tem sido muito utilizado na indústria cosmética, especialmente em produtos de hidratação para cabelos. Mas os povos amazônicos também utilizam o óleo de pracaxi para ajudar na cicatrização de picadas de cobra, o que levou a Beraca, empresa especializada em ativos fármacos e cosméticos da biodiversidade brasileira, a investigar as qualidades da planta.

Foram três anos de pesquisas e testes e um investimento de US\$ 350 mil para constatar que o óleo de pracaxi, além de ser bom para o cabelo, também faz muito bem à pele: ajuda na despigmentação, o que o torna ideal para clareamento de manchas e estrias, além de ajudar na produção de ácido hialurônico e colágeno, sendo ideal para a aplicação em cosméticos anti-idade. O princípio ativo acaba de ser lançado em uma feira de cosmetologia em Barcelona, na Espanha, e a expectativa da Beraca é que os primeiros produtos para pele com óleo de pracaxi cheguem ao mercado em dois anos.

O caso do pracaxi ilustra a vastidão do potencial da biodiversidade brasileira para uso das indústrias, especialmente nos segmentos de cosméticos, fármacos e alimentos. A Beraca começou a trilhar esse caminho há 15 anos, após a compra de uma startup em Belém, criada por professores da Universidade Federal do Pará. Desde então, seu negócio tem sido pesquisar plantas nativas dos biomas brasileiros (Amazônia, Cerrado e Caatinga), fomentar relações com as comunidades para a compra das matérias-primas e desenvolver produtos com base nesses ativos.

No portfólio, estão produtos a base de buriti, ucuuba, andiroba, urucum e pataúá, todos com certificação orgânica; vendas para mais de 40 países e grandes clientes do

segmento de cosméticos, como L’Oreal e The Body Shop. “O uso sustentável da biodiversidade, com inovação e valor agregado, é a alternativa viável para o desenvolvimento de uma economia baseada na floresta em pé. É isso que vai frear o desmatamento em biomas como a Amazônia”, diz Ulisses Sabará, presidente da Beraca.

Mas as regras para o uso da biodiversidade brasileira não têm sido fáceis, e muitas empresas desistiram por achar o jogo muito burocrático e sujeito a multas. A expectativa, contudo, é que esse cenário mude: anteontem a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 7.735/2014, que institui o novo marco legal da biodiversidade, com novas regras para o acesso aos recursos genéticos do país. Até então, o tema era regulado pela Medida Provisória 2.186, de 2001, mas os empresários do setor há tempos vinham pleiteando mudanças no marco regulatório.

Entre outras mudanças, a nova lei simplifica os procedimentos para a pesquisa científica e altera as regras sobre a chamada repartição dos benefícios — uma espécie de royalty pago pelas empresas para as comunidades que detêm o conhecimento sobre o uso de determinada planta ou animal. A proposta sugere a criação de um fundo para gerenciar esses recursos e reinvesti-los em projetos de conservação nos biomas de âmbito nacional. A expectativa é que a nova lei “destrave” as pesquisas com a biodiversidade no Brasil, mas movimentos sociais afirmam que o projeto reduz os direitos das comunidades tradicionais e, ao afrouxar as regras na aprovação dos planos de pesquisa, pode induzir à biopirataria.

“Os povos tradicionais, ribeirinhos, indígenas e agricultores familiares não foram consultados na elaboração desse projeto de lei, que possui vários pontos inconstitucionais e atende apenas às demandas das empresas”, afirma Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (ISA).

Um conjunto de mais de 150



DIVULGAÇÃO

Sabará, da Beraca: expectativa é que produtos para pele com óleo de pracaxi cheguem ao mercado em dois anos

organizações ligadas aos movimentos sociais pediu alterações no projeto de lei e uma reunião com a presidente para expor suas críticas à nova lei, sem sucesso. “Se for aprovado, muitos dos equívocos terão de ser resolvidos nas etapas de regulamentação da lei”, diz Guetta.

Para as empresas que já atuam no segmento, a expectativa é que a nova lei torne mais céleres as pesquisas com biodiversidade. “O projeto de lei deverá ter o efeito positivo de impulsionar a ino-

vação, mas é preciso garantir quer os recursos da repartição dos benefícios realmente cheguem às comunidades tradicionais”, diz Renata Puchala, gerente de sustentabilidade da Natura.

Uma das empresas pioneiras no uso da biodiversidade amazônica como diferencial competitivo a partir do lançamento da linha Ekos, em 2001, a Natura precisou construir uma política interna voltada à sociobiodiversidade, que hoje é a base de seus processos de inovação.

A mais recente linha de produtos lançada este ano pela empresa tem como ativo a semente da ucuuba, árvore amazônica ameaçada de extinção. Consumiu três anos de pesquisas, além de negociações com dez comunidades para que passassem a coletar as sementes em vez de cortar sua madeira para fabricar artefatos de baixo valor, como vassouras. “A venda das sementes da ucuuba permite que a comunidade tenha renda três vezes maior do que a exploração da madeira”, diz Renata.

Acordo melhora a renda de seringueiros

De São Paulo

Os seringueiros de Feijó, município do Acre localizado a 350 km da capital Rio Branco, estão animados. Acabam de fechar um contrato de venda direta de quatro toneladas de borracha com a Vert, fabricante de calçados franco-brasileira, com o maior preço registrado nos últimos anos. Cada quilo da borracha será vendido a R\$ 11, gerando uma renda de R\$ 44 mil que será dividida entre 14 famílias. Uma pequena fortuna quando comparado ao valor pago pelo kg da borracha há pouco mais de uma década, quando os preços chegaram a irrisórios R\$ 0,50 por kg da borracha.

Em razão dos baixos preços pagos pelos atravessadores, a extração da borracha havia se tornado,

nos últimos anos, uma atividade econômica pouco atrativa para os seringueiros de Feijó.

Muitos deles haviam desistido das longas jornadas mata adentro e estavam preferindo plantar mandioca e criar gado. O que tem possibilitado aos seringueiros a retomada da cultura é um novo arranjo institucional entre o governo do Acre e a ONG WWF-Brasil, que tem ajudado os seringueiros a encontrar parceiros comerciais para escoar sua produção com um preço mais justo. O pagamento de subsídios pelo governo do Estado ajuda a compor o valor da matéria-prima — dos R\$ 11 pagos aos seringueiros, R\$ 3,50 vêm do subsídio, que faz parte de um sistema de pagamento por serviços ambientais, implementado no Estado com recursos do governo alemão.

“É importante destacar que o subsídio, na verdade, é um incentivo à prestação de serviços ambientais que os seringueiros estão entregando junto com a borracha, que é a preservação da floresta”, explica Ricardo Mello, coordenador-adjunto do programa Amazônia do WWF-Brasil.

O modelo tem sido posto em prática nos últimos três anos e já começa a gerar resultados. Só no ano passado, 12 toneladas de borracha foram comercializadas pelos seringueiros de Feijó e Tarauacá, município vizinho. Com esse arranjo, cada produtor consegue aferir, em média, renda mensal de R\$ 1.000 com a borracha.

Acuado pela atratividade de atividades econômicas como a soja e a pecuária, o extrativismo na Amazônia depende de incen-

tivos governamentais e do apoio de organizações sociais para se manter. A Fundação Banco do Brasil, braço do banco público para iniciativas de cunho social, recentemente lançou um edital de projetos voltado ao extrativismo sustentável na Amazônia.

Foram destinados R\$ 4 milhões, de um total de R\$ 6 milhões disponíveis, para dez projetos de estruturação de empreendimentos coletivos de extrativismo. São cooperativas de produção de borracha, coleta de sementes oleaginosas como castanhas; de frutas como açaí, cajá, bacuri e cacaú; pesca manejada de pirarucu e tambaqui; beneficiamento da castanha-do-Pará e exploração de madeira de áreas de manejo autorizado. “Os recursos vão ajudar a estruturar melhor a produ-

ção, capacitar os produtores e comprar equipamentos e meios de transporte, como barcos, para escoamento da produção”, diz Caetano Minchillo, presidente da Fundação Banco do Brasil.

O edital é voltado para cooperativas ou associações de moradores de regiões localizadas em Unidades de Conservação, onde as atividades econômicas são restritas em razão dessas áreas serem voltadas à conservação.

Um dos objetivos é fortalecer as cadeias produtivas de produtos típicos da Amazônia, cuja extração não acarrete danos à floresta e ainda ajude na preservação das espécies. Ainda este ano, a fundação prevê lançar um novo edital com o mesmo foco, para destinar os R\$ 2 milhões que não foram destinados no primeiro edital. (AV)

Ecoparque quer reunir diferentes segmentos

Maria Alice Rosa
Para o Valor, de Belém

A Natura iniciou neste mês uma nova etapa em seu planejamento para o complexo industrial que mantém no Pará, o Ecoparque, com o início das operações da alemã Symrise no local.

Ali, a companhia europeia — uma das líderes mundiais na produção de matérias-primas para a indústria de alimentos e cosméticos, com faturamento de € 2,1 bilhões no ano passado — instalou uma fábrica e fará pesquisas para descobrir novos ingredientes cosméticos com base na biodiversidade amazônica. Com isso, a empresa dá a partida em seu projeto de fazer do Ecoparque, inaugurado no ano passado em Benevides, a 35 quilômetros de Belém do Pará, um polo de desenvolvimento industrial, conectando empresas de diferentes segmentos, mas que sejam complementares. “Vamos trabalhar de forma integrada. A Symrise vai fornecer à Natura os novos insumos e utilizá-los também em seus mercados”, afirma Daniel Silveira, diretor-regional Norte e Nordeste da Natura.

O Ecoparque ocupa uma área de 172 hectares e concentra uma fábrica de sabonetes da Natura. “A ideia é trazer muitas outras empresas e ganhar em escala, reduzindo custos e movimentando a geração de empregos na região, desde que todos sigam os critérios de sustentabilidade da Natura”, afirma Silveira. A Symrise tem duas fábricas em São Paulo e investiu cerca de € 5 milhões na unidade do Ecoparque. A fábrica deverá produzir inicialmente óleos e manteigas, agregando até o fim do ano a linha de extratos vegetais e, até 2016, a de óleos essenciais e fragrâncias.

Segundo Ricardo Omori, CEO Latam de fragrâncias da Symrise, a capacidade de produção é de 400 toneladas mensais. “O mais importante neste empreendimento é a tecnologia. O nível de equipamentos que estamos levando para lá vai virar, certamente, uma referência na região.” Ele conta que o grupo atua em projeto semelhante ao do Ecoparque em Madagascar. “Este ‘projeto Amazônia’, para nós, é a nova Madagascar.”

Até 2020, a Natura planeja ampliar dos atuais 10% para 30% o consumo de matérias-primas da Amazônia, movimentando R\$ 1 bilhão na economia.

A fábrica de sabonetes, na entrada do Ecoparque, é toda automatizada e planejada para proporcionar o máximo de eficiência no uso de recursos naturais. A unidade responde por 60% da produção total de sabonetes da Natura, devendo chegar a 90% até o fim do ano.

Quando a Natura chegou ao Pará, a Phebo já contava mais de 80 anos produzindo sabonetes em sua fábrica original, instalada em Belém. O primeiro produto lançado foi o Odor de Rosas, sucesso de vendas até hoje. A empresa passou por um reposicionamento de mercado após ser adquirida pela Granado, em 2004. Criou lojas-conceito, modernizou as linhas de produtos e ingressou no segmento de maquiagem. Desde 2007, cresce 20% ao ano e a expectativa é repetir este resultado em 2015.

Neste ano, a Granado investe R\$ 20 milhões em uma nova fábrica Phebo em Japeri, no Rio de Janeiro, e cerca de R\$ 5 milhões em melhorias na indústria paraense. “Temos uma relação histórica com o Pará. Nascemos aqui, nossa fábrica está no centro de Belém e nosso sabonete mais conhecido, o Odor de Rosas, foi feito a partir de pau-rosa, planta característica da região”, diz o presidente do Grupo Granado, Christopher Freeman.

Tão tradicional no Pará é a Chamma da Amazônia. A empresa é reconhecida no Estado como uma das pioneiras na produção de cosméticos com base nos insumos amazônicos e recebeu vários prêmios que a classificam como referência em sua área. Segundo a diretora-executiva Fátima Chamma, a empresa tem cerca de 200 produtos com fórmulas próprias e suas vendas cresceram 30% em 2014.